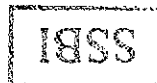


MARIA DO SOCORRO DA SILVA

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO DE OURILÂNDIA
DO NORTE-PARÁ**

**OURILÂNDIA DO NORTE-PA
MARABÁ/2007**

**PEDAGOGIA
ETIQUETA Nº 110**



MARIA DO SOCORRO DA SILVA

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO DE OURILÂNDIA
DO NORTE-PARÁ**

Trabalho apresentado ao
Colegiado de pedagogia da
Universidade Federal do Pará,
como requisito parcial para
obtenção de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

**OURILÂNDIA DO NORTE-PA
MARABÁ/2007**

UNIFESSPA
BIBLIOTECA JOSINEIDE TAVARES

MARIA DO SOCORRO DA SILVA

INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO DE OURILÂNDIA
DO NORTE-PARÁ

Banca Examinadora:

Prof^a Orientadora: Solange Pereira da Silva

Professor/a: Mara Rita

Professor/a: Salete

Data da Defesa __22__ / __03__ / ____2007-

Conceito: _____

OURILÂNDIA DO NORTE-PA
MARABÁ/2007
AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido a oportunidade de realizar um sonho que tinha desde minha infância, e por Ele ter me dado condições de vencer todos os obstáculos e até mesmo preconceitos e chegar até aqui.

Por ter me concedido à oportunidade de realizar um sonho que tinha desde minha infância, e por Ele ter me dado condições de vencer todos os obstáculos e até mesmo preconceitos e chegar até aqui.

Aos meus filhos, noras, genro e netos por terem tido paciência comigo todas as vezes que precisaram de mim e eu faltei por estar estudando, e por me apoiarem sempre que precisei.

A minha Mãe por ter me compreendido, as vezes que me visitou e eu não pude lhe dar a atenção merecida.

Aos Mestres que me acompanharam no decorrer desse curso, para mim todos foram especiais. Devo-lhes tudo que adquiri na academia.

A Diretora da escola onde trabalho, por compreender a importância da formação do educador, quando precisei fazer algum trabalho extra.

Aos Colegas de Curso pelo respeito com que me trataram, pela amizade, carinho e compreensão.

A minha Equipe de Darlene, Elian, Leonilço, Cássia, e Kézia (desistente) por me compreender nesta difícil, mas, porém compensadora caminhada.

DEDICATÓRIA

A Deus por me dá forças para enfrentar o desafio de fazer esse curso, aos meus filhos Jonair, Jamil e Jardenny, Ao professor José Pedro pela paciência com que me ensinou, a professora Lucélia que iniciou a orientação deste trabalho, a professora Solange por ter me ajudado a concluir este trabalho.

EPIGRAFE

Muitos de nossos problemas mais críticos não estão no mundo das coisas, mas no mundo das pessoas. Nosso maior fracasso como seres humanos tem sido a incapacidade de assegurar a cooperação e o entendimento com os outros. (Hersey & Blanchard, 1977, p. 1).

Sumário

Introdução

1.- Referencial teórico _____

1.1 O Conceito de PNEEs

1. 2- A Sociedade e o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais

1.3-A Escola Como Espaço de Inclusão

1.4-Integração e Inclusão

1.5- A nova LDB e a Educação Inclusiva

1. 6-Adaptação das Salas Comuns Para a Inclusão

1. 7-A Formação do Professor Para o Processo de Inclusão

1. 8-A Realidade de Uma Escola Inclusiva

2. Analisando e interpretando dados colhidos na pesquisa.

3. Considerações finais

Referências bibliográficas

Anexos

Observações

Entrevistas

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo realizado no município de Ourilândia do Norte sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na educação escolar. Trazendo também em bojo a reflexão sobre a prática docente. Tendo como questão: "Como se dá a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular no município de Ourilândia do Norte". Acredito ser este trabalho de grande valia para a população, pois o nosso município conta com um grande número de pessoas com necessidades educacionais especiais que estão fora da sala de aula e também ignorados pela sociedade em geral. Entendo que este trabalho abrirá caminhos à inclusão destas pessoas. E que também o mesmo pode ser utilizado como recurso no processo de ensino-aprendizagem no que se diz respeito à inclusão, respeito aos direitos humanos e igualdade social. Para a construção deste trabalho foram utilizados: Entrevistas, observações, pesquisas e outros, com intuito de contribuir no processo de ensino-aprendizagem de pessoas com necessidades educacionais especiais na educação pública de Ourilândia do Norte. Tendo também como objetivo a ampliação do ambiente escolar e especialização dos profissionais na área da educação. Fundamentado nos autores William Stainbarck, Santos, Silva, Mantoan, Mittler, Steenemann,,Sassakie outros, acredito que esse estudo vai além da história da inclusão. Com os resultados obtidos chega-se a uma conclusão, que a nossa pretensão não é apenas comprovar a exclusão, mas contribuir para uma educação que as pessoas com necessidades educacionais especiais estejam incluídas.

Palavras- chaves: Inclusão, Especialização de Profissionais e Ampliação do Ambiente Escolar.

INTRODUÇÃO

A minha intenção, ao apresentar este trabalho é de oferecer dados adquiridos no percurso de um estudo sobre a inclusão de pessoa com necessidades educacionais especiais em classe de ensino regular em escolas públicas do município de Ourilândia do Norte, onde apesar de suas limitações, condições de trabalho e sua formação, as professoras esforçam afim de conseguir desenvolver o aprendizado de seus alunos e também incluir os que apresentam algum tipo de necessidade educacional ao ensino regular .

Vale ressaltar que consta neste estudo as análises dos dados obtidos no decorrer das observações e entrevistas, as quais envolveram alunos , professoras , coordenadora pedagógica de uma escola e até uma diretora , destacando também a prática pedagógica desenvolvida com os alunos que apresentam necessidades educacionais , a formação do professor e o ambiente escolar onde esse aluno deve ser incluído , e tudo isso seria satisfatório se o poder público cumprisse normalmente as leis .

Porque segundo as informações que os governantes passam para a sociedade através da mídia, e baseado na Lei 9.394 / 96; que declara no parágrafo único do artigo 58 que: a educação é para todos e em todos os níveis, há, no entanto as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais que não estão inseridos nesse todos.

O número de estabelecimentos de ensino que matriculam alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns cresceu nos últimos anos, porém, ainda assim este fenômeno não atinge todas as regiões. Isto porque só após a 2ª Guerra Mundial, os direitos humanos começaram a ser valorizados: surgem os conceitos de igualdades de oportunidades, direitos à diferença, justiça social e solidariedade nas novas concepções jurídica – políticas, filosóficas e sociais de organizações como a ONU, a UNESCO, a OMS, a OIT e outras. As pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais passaram a ser consideradas como possuidoras dos mesmos direitos e deveres dos outros

cidadãos e, entre eles, o direito à participação na vida social e à sua conseqüente integração escolar e profissional.

Assim, durante a década de 70, por todo o mundo ocidental, um amplo movimento de alargamento da escolaridade obrigatória a todas as crianças faz com que os diferentes países prestassem uma atenção particular à organização dos seus serviços de educação especial, chamando a si a responsabilidade de garantirem também às crianças com deficiências um processo educativo adaptado às suas necessidades individuais construindo uma sociedade para todos.

Já no Brasil, vivemos em fins da década de 1980, o início da reconstrução do governo democrático que, embora o mundo já esteja nos mares da crise do Estado de Bem-Estar Social, a Constituição de 1988 pode ser vista como fruto de movimentação da sociedade civil, contendo algumas peculiaridades em suas intenções. Priorizando o atendimento da pessoa com necessidade educacionais especiais no ensino regular e explicitando a "parceria" com as instituições particulares. Que será identificada, por exemplo, no Artigo 227 do título VIII, Capítulo VI da Constituição Federal que prevê programas de prevenção, atendimento e treinamento para o trabalho de "pessoas com algum tipo de necessidade especial". BRASIL. Constituição Federal. 1988.

O exemplo disso pode mencionar o município de Ourilândia do Norte onde resido e trabalho. O nosso município não conta com salas de aula adequada e recursos para atender essa clientela.

É com base nas informações do Ministério da Educação e vivenciando a realidade de nossa cidade se emergiu o interesse de investigar a questão do processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, tendo como ponto de partida a realização de pesquisa com o objetivo de verificar e analisar a prática docente de alunos com necessidades educacionais especiais em salas de ensino regular. Como também caracterizar e construir reflexões que analisarão os profissionais atuantes nesta área.

Nesta área da educação, com formação de redes de apoio para orientação às famílias. Deste modo, destaca ser a relevância deste estudo, o qual possibilitou a construção de análises e reflexões acerca do atendimento destinado ao PNEES nos sistemas de ensino em Ourilândia do Norte.

Portanto, percebo que mesmo com todas as leis aprovadas, ainda existe um número considerável de pessoas com algum tipo de necessidade especial fora da sala de aula de ensino regular. A propósito cito o caso de Ourilândia do Norte, uma cidade com 19.000 (dezenove mil habitantes) que segundo a OMS tem aproximadamente 1.900 pessoas com necessidades educacionais especiais, sendo que apenas 45 delas, mais ou menos estão matriculadas nas escolas de ensino regular.

Observa-se que muitas dessas pessoas que consideramos diferentes estão fora da sala de aula de ensino regular e baseado na lei acima citada e que o cumprimento da mesma está a desejar, é que se resolve investigar e fazer saber a comunidade sobre a importância da inclusão de pessoas com necessidades especiais nossas escolas, no propósito de construir efeitos positivos da inclusão na renovação da escola.

O Artigo 4º e parágrafo I I, DE QUAL LEI? Garante a busca da identidade própria de cada aluno com necessidades educacionais especiais, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição de valores, atitudes, Conhecimento, habilidades e competências. Só que o cumprimento da mesma não tem se efetivado, e por esta razão vemos a necessidade da comunidade compreender a importância da inclusão de pessoas com necessidades especiais, percebendo que o trabalho educativo é fundamental para potencializar o desenvolvimento através da promoção da aprendizagem significativa e de qualidade.

Segundo Pierucci, (1999), conviver com o outro para poder reconhecer e valorizar as diferenças, pois esta será uma experiência fundamental à nossa existência, tendo cuidado para não estar junto com o deficiente e pensar que estar "com" ele. O estar "com" ele significa que eu me relaciono com o outro, entendendo-o e reconhecendo-o, sem forjar uma identidade e acima de tudo construir relação. Diante de situações notórias de exclusão, muitas vezes em práticas disfarçadas na escola e sociedade em geral, emerge a necessidade de realizar estudos sobre o atendimento que vem sendo ofertado a pessoas com necessidades educacionais especiais, especificamente nas escolas de ensino regular em Ourilândia do Norte.

Ressalto que, num município novo e que não é tão pequeno, para se discutir esse tema é indispensável à experiência de incluir e valorizar as diferenças no propósito inclusão escolar, considerando um desafio que não é fácil de enfrentar. Porque incluir vai além de entender, é também aceitar e conviver com as diferenças.

A lei garante o direito de inclusão, o município conta com um grande número de pessoas com necessidades educacionais especiais, e por qual razão não estão incluídos? Porque ficarmos de braços cruzados? É, pois premente a conscientização do poder público municipal, gestão escolar, sociedade em geral com intuito de reestruturação do ambiente de forma adequada a atender ao deficiente, contando ainda com a contribuição também da sociedade.

Na intenção de apresentar uma leitura científica de uma realidade, mostrando que a exclusão é um problema sério e com todo o aparato legal que dispomos para a organização da sociedade civil em defesa do direito das pessoas que sofrem qualquer forma de exclusão como os PNEES é fundamental , para se garantir a inclusão . .

O que serviu como incentivo a pesquisar sobre a inclusão, foi após ter lido uma matéria sobre o Multiculturalismo, onde os negros, pobres, velhos, deficientes e oitos eram excluídos da sociedade em geral. Concentrou-se o

olhar investigativo sobre: Como está sendo realizado o trabalho pedagógico nas escolas de Ourilândia do Norte, bem a interação do professor em classe de ensino regular contendo alunos portadores de necessidades educacionais especiais, como vem se desenvolvendo a política de atendimento do PNEE no município, considerando a proposta de inclusão.

Esta pesquisa foi impulsionada a partir do momento em que visitei 05 das instituições de Ourilândia; escolas de ensino regular e APAE, foi então que pude perceber a grande diferença existente entre os alunos com necessidades educacionais especiais que estão em classes regular isto quanto a segurança do professor para lidar com esses alunos, também o modo como eles são atendidos pedagogicamente na APAE, então escolhi uma das escolas visitadas para concretizar meu estudo através de observação

O trabalho está dividido em três partes: A primeira que são as teorias básicas utilizados; a segunda são os dados analisados e a terceira são as considerações finais e por último os anexos. A questão da excepcionalidade. Como isso acontece dentro das políticas públicas. Sendo que, a primeira parte que são as teorias básicas, apresenta o aspecto histórico, a questão da excepcionalidade, como isso acontece dentro das políticas públicas. Está inserido também o tratamento da sociedade ao excepcional e a Declaração de Salamanca em 1994. A preparação da escola para inclusão de pessoa com necessidades educacionais especiais e as necessidades iniciais de adaptação do ambiente para inclusão de PNEE na educação de Ourilândia do Norte.

E ao finalizar fazem – se algumas considerações sobre o tema propondo inclusive, sugestões simples e factíveis, o mesmo padrão contribui para a melhoria de práticas pedagógica, sobretudo em escolas inclusivas. Tratados com indiferenças na sociedade.

Ao se decidir investigar sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas de Ourilândia do Norte, considero ser ideal realiza-lo através de pesquisa qualitativa tendo como base o Estudo de Caso, cujo objeto é uma classe de 1ª série de ensino regular contendo 03 crianças com necessidades educacionais especiais.

Ourilândia do Norte apesar de ser um município novo já conta com 10 escolas e uma instituição: Associação de Pais E Amigos Excepcionais (APAE), e, observando que as pessoas com necessidades especiais estavam fora da educação escolar, julguei ser conveniente pesquisar através de questionário aos direcionadas aos educadores, objetivando meios para me aprofundar nas investigações.

As entrevistas foram realizadas em 05 escolas de ensino regular e na APAE, sendo um dos recursos que utilizei para me aproximar dos educadores e alunos por que: Segundo Alves, (1999), que o papel do pesquisador é justamente o do servir como vínculo inteligente e ativo entre esse conhecimento acumulado e as novas evidências que serão estabelecidas a parti da pesquisa. Pois é pesquisando que o conhecimento adquirido do que se pesquisa desenvolve-se, dando espaço a novos conhecimentos.

Não há, portanto, possibilidade de se estabelecer uma separação clara entre o pesquisador e o que se pesquisa (estudo) e também os resultados, resultados, o envolvimento do pesquisador ao objeto de sua pesquisa. A metodologia é um dos instrumentos essenciais, por se tratar de uma pesquisa qualitativa com estudo de caso, onde será estudado um único caso (uma classe de 1ª série), por esta razão faz-se necessário um planejamento minucioso, com muita atenção em cada detalhe, pois nem acontece se prevê. Portanto desejo realizar este trabalho de investigação com base numa abordagem qualitativa que, segundo Thollent (1984), apresenta as características a seguir.

A pesquisa qualitativa que em torno dos aspectos teóricos e práticos, avança em seus delineamentos sistemáticos que apresenta em nosso meio com tentativa muito valiosa, frente aos problemas de pesquisa qualitativa e na busca de alternativas metodológicas para a investigação.

Bogdan também indica algumas características importantes à pesquisa qualitativa que queremos seguir como base para o propósito enunciado imediatamente que são as seguintes:

- 1- A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave (...)
 - 2- A pesquisa qualitativa é descrita. (...)
 - 3- Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto. (...)
 - 4- Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente. (...)
 - 5- O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa. (...)
- (1982, 153. p. 27- 30)

Dirigida pelas teorias dos autores acima citados é que decidir procurar uma das escolas de ensino fundamental em Ourilândia do Norte, tendo antes visitado 05 das escolas públicas desse município e 01 instituição da APAE, considere a Escola Madre Carolina a mais adequada para minha observação em sala de aula, por a mesma conter 03 crianças portadoras de necessidades especiais em uma única sala. (uma turma de 1ª série de ensino fundamental).

A partir do estudo, de como se dá o processo de inclusão dos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais em escolas públicas no município de Ourilândia do Norte, por entender que a inclusão escolar seria realmente o passo para a conquista de escolas para todos, já que esta é uma proposta dos governos, e que até o momento esta proposta não saiu do papel. Em Ourilândia temos uma média de 1700 pessoas com necessidades educacionais especiais e que apenas 35 estão matriculadas em escolas de ensino regular.

O objetivo deste trabalho é investigar e observar minuciosamente como se caracteriza a inclusão das crianças com necessidades especiais nas escolas públicas e a prática do professor que atua em classe inclusiva, sua relação com o PNEE e os ditos normais, verificando como se dá o desenvolvimento de ensino-aprendizagem desses alunos, que são atendidos pelo docente que não estão preparados pedagogicamente para lidar com essas crianças.

Minha intenção não era apenas conhecer os fatos, mas também contribuir da melhor forma possível com a proposta de inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais nas escolas públicas e particulares no Município de Ourilândia do Norte. E para tal pesquisa julguei conveniente a utilização do método de coletas de dados, a observação e entrevistas, que segundo Tiollent e Lofland são precisas educacionais (1982, 253 p. 27- 30- 1964).

É através de visitação ao local que se realiza a coleta de dados qualitativos nas fases da pesquisa, inteirando-se com seus objetivos que, no decorrer da pesquisa, os dados acolhidos, são analisados de contínuo.

Foi necessário apropriar-se de técnicas para coletas de dados porque, numa pesquisa qualitativa, como afirma Wanderley; significa que ao âmbito teórico e prático da pesquisa qualitativa são cada vez mais largos, ainda que seus esforços teóricos e práticos fiquem a nível de elite. As massas dos pesquisadores que vivem nas universidades se esforçam para amadurecer os novos posicionamentos da pesquisa na educação. Trata de encontrar os caminhos certos, mas a tarefa não é fácil.

Como disse Wanderley, o pesquisador deve lutar para vencer as dificuldades de diferentes naturezas. E as que dizem respeito a sua própria formação tradicional, no seio positivo e estrutural-funcionalista, não são mais fáceis de superar (1984, p.22).

Portanto, a pesquisa sistemática de dados a respeito do problema- "O processo de inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais em escolas públicas e particulares no Município de Ourilândia do Norte". Ocorreu fundamentalmente nas exigências de uma abordagem qualitativa.

A entrevista é de suma importância, por tratar de informações desejadas, porque permite correções, nitidez e modificação, possibilitando informações possíveis, sendo adquirido por meio de pesquisas. Com base em Guba e Lincoln (1981) e Reinharz (1979) os pesquisadores utilizará uma série de meios com a finalidade de verificar se o seu desenvolvimento está realmente voltado a uma visão parcial de intenção secreta do fenômeno, confrontando com o que encontrou através da pesquisa.

É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada com seriedade na conquista das informações que desejávamos, permitindo ainda correções, justificção e adaptações, possibilitando com isto as informações que não foram alcançadas por outros meios de investigação. É como a análise de Lofland, (1971, p.73), interessante e nos convida a refletir sobre um assunto que pode passar despercebido para o investigador e com conseqüências difíceis de avaliar de modo geral.

A realização da entrevista foi do tipo estudo de caso, apenas um roteiro para conduzir através de tópicos, facilitando assim as possíveis adaptações que por ventura viessem a ocorrer no período de sua realização; envolvendo alunos, diretor (a) coordenador e professores da escola. O método dessa entrevista aconteceu cuidadosamente garantindo a cientificidade da técnica e a qualidade das informações a serem recebidas.

Consta no final desta pesquisa em anexos os dados que foram coletados e os relatórios das observações. A coleta de dados da pesquisa ocorreu entre 15 de agosto a 21 de setembro de 2006, somando os dias de visitas tivemos um total de 19 dias. Inicia a pesquisa na escola Madre Carolina pois na mesma há (Thierry, Welvis e Filipe) uma classe contendo 03 crianças com necessidades educacionais especiais.

Já a metodologia utilizada para observar sistematicamente as observações aconteceu de acordo com o sistema pré-estabelecido e contínuo, mantendo a parcialidade e recorrendo aos objetivos da pesquisa sempre que necessário. Para tal recorri aos autores Patton (1980), Bogdan e Biklen (1982): para eles o conteúdo das observações deve envolver uma parte descritiva e uma parte mais reflexiva. A parte descritiva compreende um registro detalhado do que ocorre "no campo", ou seja:

1. Reconstrução de diálogo. As palavras, os gestos, os depoimentos, as observações feitas entre os sujeitos ou entre estes e o pesquisador devem ser registrados. Na medida do possível devem-se utilizar as suas próprias palavras. As citações são extremamente úteis para analisar, interpretar e apresentar os dados.

2. Descrição das atividades. Devem ser descritas as atividades gerais e os comportamentos das pessoas observadas, sem deixar de registrar a seqüência em que ambos ocorrem.

3. Mudanças na perspectiva do observador. É importante que sejam anotadas as expectativas, opiniões, preconceitos e conjecturas do observador e sua evolução durante o estudo.

Dando continuidade as observações em sala de aula de ensino regular, onde estudam 03 crianças com necessidades educacionais especiais, que se encontram nos anexos deste trabalho.

Dediquei minha atenção durante os dias subseqüentes, para o processo de ensino-aprendizagem e também a relação da professora com a turma, e obviamente o que diferencia dessa relação aos PNES. Essa observação aconteceu durante 19 dias consecutivos.

Julguei conveniente selecionar apenas dois alunos da turma para a entrevista devido melhoras de sua deficiência, podendo entoa responder as minha perguntas com mais facilidades. A entrevista teve duração de quatro dias. Muitas vezes usei de repetição (fazendo as mesmas perguntas) a fim de

melhorar o entendimento. Por esse motivo não houve necessidades de repetir a entrevista já que as respostas foram contempladas com sucesso. Aconteceu que, por algumas vezes achei necessário interagir com os sujeitos, (trocando idéias) às vezes sobre a aula, seu futuro, sua escola, família etc. Pois acredito que o diálogo é uma porta para a aprendizagem, é como disse Minayo (1992), nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida.

Penso que o diálogo é sempre o melhor caminho para uma relação entre o homem, pois o estabelecimento da amizade provém do diálogo. Eis a razão porque Vygotski (1988, p. 53-57) disse que abrir um canal de diálogo nessa direção pode criar condições para os alunos envolverem-se no processo de construção de possibilidades para si e para a própria escola.

Tomei como base a importância do diálogo para organizar minhas entrevistas com os alunos. Tendo a permissão da professora "Sirlene", convidei os alunos a ir comigo até a sala dos professores, lugar onde transcorreu todas as entrevistas sem interrupções. Os alunos por sua vez se apresentaram com entusiasmo em participar da entrevista, apesar de que o primeiro me perguntou se eu iria gravar, quando respondi que não, mas expliquei que seria escrito a fala de cada um deles, isso o deixa mais tranquilo para nosso diálogo.

Tomamos como base Spradley, (1979, 247p., p. 02). Para dizer da importância das observações, pela capacidade de expressar especialmente do fenômeno e o detalhe vital que enriquece a compreensão do mesmo.

Direcionada por essa convicção foi que realizei minhas observações feitas em sala de aula e suplementar, na qual me esforcei a descrever os principais fatos ocorridos, envolvendo os sujeitos que foram selecionados para esta pesquisa.

Quanto aos dias destinados as atividades de observações, foram apenas dezoito dias, sendo então observações internas (durante as aulas dentro da sala) e externas (fora, as vezes no período do recreio, observando e as vezes até conversando com alguns alunos).

Porém, vale ressaltar que observei intensamente, porém não conseguir obter uma qualidade de informações, em função do tema da pesquisa. Mesmo com algumas alterações ocorridas, no cronograma da pesquisa previsto para a observação como: feriado, reuniões pedagógicas, planejamento e outros.

E de acordo a pesquisa, o conteúdo desenvolvido nas observações foi apresentado da seguinte maneira: Descritiva e Interpretativa. Fiz um grande esforço para me dedicar ao registro e escrita dos fatos que acontecia em sala de aula, fala da professora, conversas dos alunos diálogo entre alunos e alunos, comportamento dos mesmos, os conflitos que surgia as relações professores-alunos, pois considero o mais importante em minha observação, as atividades propostas e o desenvolvimento em classe.

O meu roteiro de entrevista foi direcionada à professora "Sirlene", com base na proposta ao problema que promoveu este estudo. Escolhi a professora Sirlene por ser titular da turma em que observei. Nesta elaboração, levei em consideração a observação da sala e as entrevista feitas aos outros profissionais da educação, com intuito de detectar as diferentes opiniões.

É com base no que Spradley (1979, p. 46-53) diz que, o investigador, no mesmo tempo que se ajuda, deve apoiar o informante. Este, desde o início, deverá ter a sensação de sua utilidade, de sua importância para as metas que se procura atingir.

A minha decisão por uma pesquisa qualitativa foi fundamental na possibilidade de que os sujeitos investigados seriam capazes de compreender e refletir sobre as suas ações e comportamentos, se isso lhe for possibilitado, tendo com isso a possibilidade de crescermos juntos. Pois segundo Demo

(1991) é fundamental ter em mente a necessidade de construir caminhos e não receitas que tendem a destruir o desafio de construção.

A propósito desta pesquisa (qualitativa) é fundamental, por se tratar da compreensão, onde o investigador conhece os limites do sujeito como também o sujeito respeita as exigências do investigador, devo ressaltar que este estudo me levou a conhecer com mais clareza muitos aspectos da Inclusão de Pessoas com necessidades Educacionais Especiais, principalmente nas escolas públicas de Ourilândia do Norte.

- TEORIAS BÁSICAS UTILISADAS

1. O Conceito de PNEEs

A idéia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a qual foram submetidas às pessoas portadoras de necessidades educativas especiais por muito tempo. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com necessidades educacionais especiais eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidades para a sociedade e incapazes para trabalhar.

Algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas com algum tipo de deficiências, outros adotavam a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos. Essas instituições eram em geral muito grandes e serviam basicamente para dar abrigo, alimento, medicamento e alguma atividade para ocupar o tempo ocioso (SASSAKI, 1997, p. 1).

O estudo sobre a questão do atendimento à pessoa com necessidades educativas especiais que não é tão simples como se imagina. Essas pessoas carregam consigo mesmo um complexo de inferioridade, sentindo-se incapaz de desempenhar certas funções e ser útil à sociedade, é como se ele não fosse parte da mesma.

Além disso, as propostas educacionais defendem e recomendam a inclusão, mas continuam a diferenciar os alunos pela deficiência, o que está previsto como desconsideração aos preconceitos da Convenção de Guatemala 2, assimilada pela nossa Constituição 88, em 2001. Essa Convenção deixa clara a impossibilidade de diferenciação com base na diferença, definindo a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, (...) que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte de pessoas com deficiências de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (art. 1, nº 2, "a").

De acordo com o princípio da não discriminação, trazida pela Convenção da Guatemala, espera-se que na adoção da máxima tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais admitam-se as diferenciações com base na deficiência apenas com propósito de permitir o acesso ao direito e não para se negar o exercício dele ! Não tem sido essa, no entanto, a interpretação que as instituições escolares especializadas têm dado a esse princípio. Continuam a entender o estar com seus pares, mas em uma classe especial. Assim é que se tem, distorcido, o direito de ser, sendo diferente na escola.

A "pessoa" com necessidades educacionais especiais é marcada devido às condições que a sociedade lhe proporciona, é como uma pessoa inexistente no conceito social e educacional, vítima de preconceito e falta de espaço no meio onde vive. As pessoas que têm algum tipo de deficiência são considerados como doentes, causando espanto e admiração, tanto na sociedade como nas escolas de ensino regular.

Há também aqueles que ficam esquecidos nos cantos das salas de aulas, passando despercebido aos olhos dos educadores. Mesmo com tantas propagandas, publicações jornalísticas, artigos em revistas etc. defendendo enfaticamente os direitos sociais básicos de todo cidadão tal como a pessoa com necessidades educacionais especiais, ainda estão muito distantes a aceitação definitiva da sociedade ao portador de necessidade educativa especial, sendo rejeitado pela sociedade que inconscientemente tem o impedido de desenvolver suas habilidades e potencial, por serem considerados como pessoas inúteis e incapazes, alguém sem importância para o progresso do país, município sociedade escolar e família .

De acordo com Pierucci (1999), não podemos negar estar vivendo tempo de diferenças e que a globalização tem sido mais do que uniformizadora, contestando as antigas identidades essencializadas. Podemos ser diferentes e, se já reconhecemos que somos diferentes de fato queremos então ser também diferente de direito.

Atualmente, o movimento econômico mundial se desenvolve em torno do capitalismo, com solidificação do chamado Estado – de – bem – estar, e a implantação de políticas sociais através de serviços públicos de atendimento à população. Sendo que nesse movimento não estão contemplando a contento, pois apesar de todas as conquistas legais, a efetivação do que é proposto, não tem ocorrido na prática. E nas mais diversas situações pessoas que portam algum tipo de deficiência são marginalizadas e impedidas de se desenvolverem.

É óbvio que em nosso país não houve ainda o desenvolvimento do Estado – de – Bem – Estar Social, até porque se assim fosse não haveria tantas pessoas com necessidades educacionais excluídas do ingresso nas escolas de ensino regular e outras instituições, isto porque há vários fatores que contribuem para o seu constrangimento, devido a falta de adaptação do ambiente e transformação das atividades e ações das pessoas no geral sem deficiências.

Segundo Draibe (1993, p.3-8), identifica – se no Brasil a formação de um Estado meritocrático particularista, ou seja, conservador que se desenvolveu entre 1930 a 1980, fundamentado na crença em que as pessoas deviam estar em condições de resolver suas próprias necessidades, baseado em seu trabalho e merecimento, desempenhando profissionalmente, sua produtividade.

Vale ressaltar que mesmo apoiado por lei que regulamenta as políticas e propostas educacionais dando o direito as pessoas com algum tipo de necessidades educacionais especiais a ingressarem nas escolas de ensino regular ainda não foi concretizada a inclusão propriamente dita, e sem a oportunidade de formação seria impossível à pessoa se desenvolver profissionalmente, ficando apenas no poder dos governantes.

É, pensando no bem estar de todo o cidadão, é que vemos a relevância de se discutir e refletir sobre o projeto de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares de Ourilândia do Norte, porque discursar sobre as políticas de inclusão não é suficiente, é

preciso perceber sua concreção na prática. Um, dois ou três alunos matriculados em escolas públicas regulares não significa a inclusão desse aluno especial na educação, pois não basta o mesmo estar no espaço da escola. Tem que ter um atendimento que lhe é devido, tanto pedagógico quanto em relação ao espaço físico que é de grande valia a adaptação da pessoa com necessidades educacionais especiais e principalmente investimento do poder público, condições de acesso e permanência.

A política pública, relacionadas à inclusão de portadores de necessidades educativas é apenas propaganda para reforçar o poder do Estado com objetivo de dar crédito seu discurso com relação ao público, mas na realidade está longe de ser contemplado, pois o fato da pessoa com necessidades educacionais especiais está matriculado nos garante que realmente incluído na educação.

1.1- A Sociedade e o Atendimento às Pessoas Com Necessidades Educativas Especiais

Buscando na história da educação informações significativas sobre o atendimento educacional das pessoas com algum tipo de necessidades educacionais especiais, pode-se constatar que, até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado.

A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, nas escolas regulares de Ourilândia do Norte, é um fato novo que para muitas pessoas é até mesmo impossível. Dependendo da clareza de como a inclusão é anunciada e aplicada na sociedade e na educação, garantindo o acesso efetivo e a permanência desse aluno dentro das escolas de ensino regular.

Enquanto o deficiente não se assegurar de que realmente é tratado igual as demais pessoas é impossível conviver com firmeza na sociedade e na educação. Para (Martin apud Kirk e Gllagher, 1996, p.8), historicamente o problema básico enfrentado pelas pessoas com necessidades educacionais especiais é que eles nos deixaram com medo. Por nos considerarmos ser humano desenvolvido aprende a ter precauções, tendo medo do desconhecido , do estranho , daquilo que julgamos diferente.

Talvez não saibamos ainda, como seres humanos, o que se encontra além da própria vida de uma pessoa. É essa falta de conhecimento que muitas vezes nos deixam assustado e não desejamos lidar com a pessoa com algum tipo de necessidades educacionais especiais. É importante abordar uma postura positiva e apostar no desenvolvimento de suas habilidades para que a criança comece a se sentir responsável e perceba que ele também é capaz.

Na inclusão de PNEE, o professor deve se esforçar para conhecer bem o aluno no intuito de apostar no seu sucesso do mesmo. Os educadores devem ouvir com atenção os educandos para poder identificar seus limites e possibilidades, garantindo condições para desafiar as potencialidades que cada um tem de progredir , mesmo sabendo que a sociedade brasileira ainda está no começo, no que se refere a inclusão, devido a falta de informação adequada e pelo preconceito que ainda impera, obstaculizando o respeito ao portador de necessidade educativa especial . Outro fator negativo é a superproteção dos pais para com seus filhos, fazendo com que o professor ao receber esse aluno, não consiga integrá-lo em sua classe, pois o excesso de cuidados impossibilita a interação da pessoa com necessidades especiais e as demais pessoas.

É bom lembrar que se observássemos minuciosamente as classes de ensino regular, seria fácil perceber que em todas há um ou mais alunos com deficiência. Estou me referindo os todos os tipos de deficiências mental, visual, auditiva, física e motor, incluindo também os que apresentam condutas típicas de síndromes, inserindo também nessa modalidade de ensino os alunos que possuem altas habilidades e superlotação, e em suma, os que apresentam

dificuldades de aprendizagem em geral. Mas para isso, é preciso que todos os professores pratiquem o respeito e a tolerância que só acontece quando se entende que o normal é ser diferente.

Em 1994, a UNESCO promoveu uma conferência mundial para tratar da questão referente ao excepcional visando a possibilidade de inclusão social dos portadores de necessidades educativas especiais, através da promoção de uma educação inclusiva, ofertada nos estabelecimentos públicos de ensino .

Durante esta conferência foi elaborado um documento, denominado “Declaração de Salamanca” que tem como principais pontos: Educação inclusiva: capacitando escolas comuns para atender todos os alunos, em especial aquele que tem necessidades educativas especiais. Trata do princípio da inclusão como reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à “escola para todos”. Um lugar que inclua todos os alunos, apoiando e possibilitando sua a aprendizagem, que respondendo à valorização e respeito às diferenças individuais.

Todo aluno possui características, interesses, capacidade e necessidades de aprendizagem que são singulares. Os interesses educacionais devem ser projetados e os programas educativos implementados de tal forma a considerar a ampla diversidade dessas características e necessidades.

Para Morin (1977) nunca é demais lembrar que aprender é uma ação humana criativa, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual de ser mais ou ser menos privilegiada. É a diversidade das adaptações que enriquece os nossos saberes na escola e que clareia o nosso entendimento essa diversidade que deriva das formas singulares de nos adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo, a uma situação problema, a um novo tema de estudo. Ensinar, por sua vez é um ato coletivo e homogêneo, que o professor realiza, disponibilizando a todos um mesmo conhecimento. Os alunos com e sem deficiências, deveriam estar capacitados à liberdade de aprender, tendo o conhecimento de seus mestres

pele que conseguem construir no domínio intelectual, seja qual for o seu nível de entendimento atingido.

Os ambientes escolares devem ser capacitados de forma a acomodar todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outros. O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, incluindo aqueles com deficiências severas.

Para os alunos que são portadores de necessidades educativas especiais é importante ser oferecidas diferentes formas de apoio, bem como a assistência de professores especialistas e de equipe de apoio externo.

Segundo a Declaração de Salamanca, (1994), o princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender em conjunto, não importa as dificuldades e tipos de diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas precisam estar preparadas para atender às necessidades diversas de seus alunos, assegurando uma educação de qualidade para todos mediante adaptação do currículo e estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades .

1.2 - A Escola Como Espaço de Inclusão

Para se transformar uma escola de ensino regular em espaço de inclusão é necessário, antes de tudo saber o que é inclusão; Segundo Mantoan (2004,.) , incluir é ter o privilégio de conviver com as diferenças e respeitandolas. Para ela, uma sociedade justa e que dê oportunidades para todos, sem qualquer tipo de discriminação, começa na escola.

Vale ressaltar que além de fazer adaptações físicas adequadas de pessoas com necessidades especiais a escola precisa oferecer atendimento educacional especializado, paralelamente, às aulas regulares, de preferências no mesmo local. Sendo assim, uma criança cega, por exemplo, pode assistir às aulas com os colegas que enxergam e, no contra turno, treina mobilidade,

locomoção, uso de linguagem braille e outros, tudo isso ajuda na sua integração dentro e fora da escola.

Em muitas escolas de várias cidades do país e especialmente em Ourilândia do Norte, as escolas públicas não recebem ainda, apoio pedagógico nem verbas destinadas à inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular. .

A inclusão não se restringe apenas em construir rampas e banheiros adaptados, mas é necessário discutir sobre repetência e indisciplina, também com os professores, por ventura, não conseguirem sucesso em suas aulas, bem como os pais que não valorizarem ,deixando de participar do projeto de valorização a cultura de vida e experiências que a turma já têm. É preciso rever as práticas pedagógicas e tentar concertar o que falhou, selecionando e planejando as atividades com intuito de que todos aprendam, dando liberdade aos alunos para que possam desenvolver sua aprendizagem de acordo com suas condições, sendo ou não pessoas com necessidades especiais.

Acredita – se que o fato de incluir portadores de necessidades educativas especiais na educação é de grande proveito para a sociedade em geral, porque é viver a experiência da diferença, principalmente para as crianças, evitando que elas vivam o drama da exclusão e preconceito, oferecendo condições a cada um de ocupar seu lugar na sociedade, dessa forma as pessoas portadoras de necessidades educativas serão independentes e terão sua vida digna de um cidadão.

Embora a inclusão aconteça lentamente, não deve ser recusada. Porque no Art.3º. Parágrafo único da Lei 9.394, deixa claro que os sistemas de ensino constituem e fazem funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilize e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. Mesmo que o professor de classe regular não esteja totalmente preparado, ele não pode rejeitar um deficiente em sua classe,

mesmo que não tenha estrutura física adequada para oferecer segurança a esse aluno, pois isso não é responsabilidade do professor, mas das redes públicas de ensino, que devem dar às escolas e professores condições básicas para desenvolver um bom trabalho.

O conceito de inclusão deve estar contemplado no projeto político pedagógico da escola que deseja ser inclusiva, bem como no desenvolvimento curricular para que professor materialize esses pressupostos em sua prática diária, na expectativa de que bons resultados virão, mesmo que seja a longo prazo. É conveniente aos portadores de necessidades educativas especiais se sentirem seguros na sociedade em geral, sem constrangimento ou discriminação por parte das outras pessoas

O exemplo disso Mendes, (1994, p. 5) escreve que o princípio da normalização de 1960, baseava-se na idéia de que toda pessoa portadora de deficiência, especialmente aquela com deficiência mental, tem o direito de experimentar um estilo ou padrão de vida que seria comum à sua própria cultura.

1.3 - Integração e Inclusão

É interessante e prático o que diz Sanfelice (1989), à educação formal, os discursos pedagógicos democráticos podem se consistir em fingimento e praticas sociais que tem por finalidade à discriminação, pois a inclusão deve ser entendida nos seus contornos teóricos e práticos para permear uma visão crítica dessa prática social e não apenas nos discursos, cabe aos educadores e legisladores propor a educação inclusiva que contemple as peculiaridades de nosso sistema de ensino, como fracasso escolar das crianças que ingressam no ensino público, a formação de professores e o analfabetismo.

O papel da mídia e a informação da sociedade não têm contribuído com o papel de inclusão escolar. Mesmo com a tendência de ardente defesa das qualidades teóricas da inclusão e prática, amiúde, pseudo – inclusivas. (APPLE, 2000, p. 71) diz:

Por estarmos diante de uma sociedade exclusiva onde o racismo e o preconceito contra os Pnees permeiam práticas e discussões, faz com os professores de classes regulares represente a inclusão de forma confusa, contribuindo para o reforço de preconceito nas escolas de ensino regular.

Para que a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais aconteça de fato, é necessário romper com os conflitos de representações que existem sobre normalidades, deficiências e procurar meios para transformar a prática pedagógica, a metodologia de ensino, avaliar de forma adequada ao desenvolvimento de cada aluno e os currículos formais também.

É importante estabelecer uma interação cotidiana entre professores, alunos e profissionais da escola, com a finalidade de assegurar a inclusão de PNEE, contribuindo para que ele se sinta parte da escola e não como objeto. Para compreender a prática da Educação Inclusiva é indispensável o convívio cotidiano com crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, é preciso conhecer a forma que a escola lida com estas pessoas.

Compreendendo as ações no seu ambiente natural de ocorrência, isto é, na leitura dos acontecimentos, sem distanciar-se do seu contexto sócio-cultural em que estão inseridos. Portanto, todas as atividades e interações que são estabelecidas entre alunos, professores e outros profissionais da educação escolar, são interessantes à consecução de prática da Educação Inclusiva fundamentada nos significados conferidos aos alunos com condições sociais com prejuízo resultante da deficiência: prejuízo apresentado devido à presença de uma deficiência, refletindo - se na adaptação do aluno e interação dele com o seu meio. (AMARAL, 1995). Segundo SILVA (1989, p. 87,) "... a diferença não é uma característica natural, ela é discursivamente produzida... além disto, a diferença é sempre uma relação, não se pode ser diferente de forma absoluta". OMOTE (1994, p. 69) estabeleceu uma análise que se remete àquelas que vêm sendo postuladas que deficiência e não deficiência são recortes de um mesmo tecido social.

Uma teoria da deficiência não deve apenas explicar como as deficiências operam e como as pessoas deficientes funcionam, mas ao mesmo tempo, deve ser capaz de explicar como as pessoas em geral lidam com as diferenças, especialmente aquelas às quais o grupo social atribui desvantagem e descrédito social.

É importante abordar também que as questões das diferenças que existem entre grupos coexistem em uma mesma cultura, os quais lidam com o fato que concepções hegemônicas de gênero, etnia, sexualidade e deficiência circulam na sociedade, desfrutando da formação de subjetividade e representações pautadas em preconceitos e inalterável/estereótipos. Concordo com SILVA (1999, p. 88):

Quando ele afirma que as diferenças estão sendo constantemente produzidas através das relações de poder, sendo assim, o multiculturalismo questiona os tipos de representações sobre os alunos portadores de necessidades educativas especiais que circulam nas escolas de ensino regular.

É fundamental considerar as idéias de MOREIRA e CARMEM (1999, p. 18 e 19) "que a construção da educação inclusiva deve estar pautada em dois princípios: a promoção do respeito à diversidade e a formação dos alunos visando um trabalho coletivo em defesa da justiça social".

Trata - se de romper preconceitos, de estimular atitudes positivas em relação ao "diferente" de promover a capacidade de assumir outras perspectivas, de propiciar o desenvolvimento da empatia, trata - se de evidenciar as relações de poder envolvidas na construção da diferença, de criar oportunidades, de incentivar habilidades e atitudes necessárias ao fortalecimento do poder individual e coletivo, bem como de desenvolver habilidades de pensamento crítico .

A criança precisa desenvolver seu potencial intelectual, a deficiência não deve impedi - lá de freqüentar a escola. Ao mesmo tempo em que ocorre o processo de socialização, desenvolve-se paralelamente, o da escolarização

propriamente dita que estimula o desenvolvimento cognitivo, e efetivo do conhecimento e da aprendizagem.

Mesmo que haja avanços no processo de inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais, a nível global, percebemos que em nosso município (Ourilândia do Norte), estamos vivenciando um momento de transformação ainda lenta, na história da Educação, em que o preconceito tem – se reduzido, ações de sendo concretizada algumas desta política. Reconhece-se que ainda há bastante a se desenvolver, principalmente em nosso sentimento de pensar que não temos condições de ajudar o outro, negando essa contribuição, e é exatamente nesse momento que cultivamos sem perceber o preconceito e a discriminação.

Faz-se necessário um trabalho coletivo com objetivo de romper a barreira da exclusão, a omissão na luta em prol (o silêncio) a inclusão recai na exclusão que tanto nos assusta. Portanto, a escola é muito importante para qualquer criança, mais ainda para a portadora de necessidades especiais. É lá que, aos poucos, ela aprende a confiar cada vez mais em si própria tomando consciência de que é capaz de realizar a maioria das atividades, embora levando um pouco mais de tempo.

Tanto a integração como a inclusão enquanto processos sociais são de suma importância; o que se deseja é atingir a meta de uma sociedade educacional inclusiva. Tendo a escola, o cuidado de proporcionar oportunidades educacionais para que a criança se realize como pessoa e cidadão preparada para enfrentar a vida e se calar diante da verdade, mas sobre tudo defender seus direitos de igualdades. Afirma PETER MITTLER (1995): da Universidade de Manchester-que na integração a pessoa com necessidades educacionais especiais é preparado para conviver na sociedade, já a inclusão a sociedade precisa ser modificada para que a pessoa PNEE desenvolva seu exercício de cidadania . Segundo Peter (1995) estamos no final do século de transição entre os dois temas, integração e inclusão, mas o que importa agora é a inclusão” (MITTLER , in United Nations.1995, p. 2).

É preciso ter cuidado para não confundir os dois termos: integração e inclusão plena ou total, que para muitos acadêmicos é compreendido como inclusão, pelo menos aos que publicaram seus trabalhos até aproximadamente 1994, ano em que saiu o primeiro documento internacional abordando extensamente o conceito de inclusão. A Declaração de Salamanca (UNES) (CO) (1994) (edição em inglês). Depois esse documento foi publicado em português, mesmo assim muitas pessoas continuam usando o vocabulário integração baseada na referencia bibliográfica UNESCO, 1994.

1.4 - A Nova L D B e a Educação Inclusiva

A Educação especial é uma modalidade da Educação Básica, com a proposta de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na educação de ensino regular não é necessário continuar apenas nas turmas de educação especial, ele pode também se matricular e permanecer na escola de ensino regular, para que tenha contato com pessoas de outra natureza, visto que na educação especial eles são considerados excepcionais.

A nova LDB 9394 / 96 em recente Decreto (número 3298, de 20 de dezembro de 1999), Artigo, § 1º há uma proposta pedagógica, no processo educacional assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação (MAZZOTA , 1986 , p . 117).

O que é de estranhar é que, mesmo assegurado por lei todos esses direitos e recursos em defesa da inclusão de pessoas com necessidades educativas na educação regular, em todo país e especialmente em nosso município (Ourilândia do Norte), ainda haja tantas pessoas com necessidades educativas fora do ensino regular, às leis que são estabelecidas para garantir o acesso e permanência da pessoa com algum tipo de necessidades nas escolas regulares precisam ser cumpridas, e não somente serem propagandeadas nos

discursos, garantindo a credibilidade dos governantes que, em nome da lei anunciam seus sucessos políticos. Já que a política de inclusão de PNEE na rede regular de ensino, não consiste somente permanecer junto aos demais alunos, mas que essa política trabalhe com ousadia no sentido de desenvolver o potencial de cada aluno, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Portanto, faz-se necessário que essas políticas centrem seu foco de discussão junto à função social da escola, pois é no projeto pedagógico que a escola se posiciona em relação a seu compromisso com a educação, e que essa educação seja de qualidade para todos, inclusive os alunos portadores de necessidades educativas especiais, proporcionando ações e fornecendo determinados tipos de interações sociais capazes de garantir o seu aprendizado.

O Artigo 19 da LDB, em seus incisos I e II, ressalta – se o necessário protagonismo dos professores no processo de construção coletivo da concepção pedagógica. No Artigo I da Constituição Federal, já está definido as bases que viabilizam o direito a igualdade de oportunidades quanto às diferenças, e nesse conjunto de valor é importante o cultivo da liberdade, a tolerância e a sabedoria de saber viver com o diferente em todos os aspectos, capacidades e limitações, dando oportunidades a cada pessoa com necessidades educativas especiais, ou seja, de ter acesso ao conjunto de conhecimento socialmente elaborados e aprovados como essencial ao exercício de cidadania Mas o que se discute hoje é porque com tanta garantia por lei, a inclusão escolar ainda encontra sérias resistências, Sendo que a Constituição Federal garante também dignidade, os direitos individuais e coletivos impostos às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de ofertar essa política como um direito próprio da pessoa (ser subjetivo), para qual os recursos humanos e materiais devem ser canalizados (encaminhados, atingidos necessariamente) toda a educação básica.

2 – Adaptação de salas comuns para inclusão

É importante lembrar que sala de aula inclusiva está sujeita aos problemas disciplinares, então para evitar esses comportamentos inadequados é que se escreve sobre as experiências adquiridas por alguns autores como: Anderson e prawat, (1983) Braphy, (1981); Everton, (1982); Jones (1994); Stainback e Etainback, (1980) que tiveram informações e entrevistas com professores que atuam em salas de aula e que têm obtido êxito na prevenção de problemas disciplinares.

Para obter tal êxito é preciso que o professor tenha consciência de tudo que acontece em sua sala de aula dispondo os móveis e qualquer tipo de equipamentos da sala de modo que permita o controle visual dos seus alunos, tanto sentado quanto em pé, o professor precisa estar atento, observando a turma diariamente para detectar em que momento os alunos precisam de ajuda e o que estar ocorrendo socialmente. As áreas da sala de aula devem ser livres para os alunos transitarem sem obstáculos e também devem ser amplas, possibilitando o fluxo, evitando congestionamentos inadequados.

É interessante também que os professores identifiquem rotas de transito, não só na sala de aula, mas que seja por toda área do espaço escolar, o professor deve sugerir que apenas três ou no máximo quatro alunos de cada vez tenham permissão para irem ao vestuário, entrar por um lado, sair por outro para evitar atropelamento ou perturbação. Nunca se deve limitar o tempo do aluno quanto mais tempo ele tiver melhor será sua aprendizagem, cada criança tem suas limitações próprias com ou sem deficiências, nem sempre as atividades devem ser dirigidas pelo professor, os alunos precisam ter responsabilidades de envolverem ativamente no desenvolvimento, na direção e na realização de suas próprias atividades de aprendizagem, o que se pretende é não deixar alunos ociosos, a fim de não perturbarem a turma. (Fonte)

Ao atribuir esses direitos aos alunos de ensino regular em uma classe inclusiva é fundamental para; facilitar a aprendizagem e evitar problemas disciplinares, no entanto, essas atribuições devem ser relacionadas às necessidades e aos interesses dos alunos, também será necessário escolher cuidadosamente os métodos que devem ser usados e apresentar aos alunos com o intuito de influenciar sua eficácia, principalmente aos alunos que experimentam dificuldades de aprendizagem, as atribuições devem ser claras, evitando frustrações e que os alunos saibam com clareza o que se espera deles no processo educativo, tendo cuidado com a estrutura das atribuições para que os alunos possam obter sucessos. É preciso que professor tenha entusiasmo, incentivando os alunos a esperarem com prazer cada dia letivo.

De acordo com (STAINBACK e STAINBACK ETSCHIEDT e DOUDS, 1986) o agrupamento de alunos com comportamento de outra natureza é importante para o desenvolvimento desse aluno com sucesso em uma sala de aula inclusiva, e que o propósito do trabalho em grupo seja visto como cooperativa e não competição, em que todos visem atingir o objetivo do grupo.

É com base no argumento de BRANTHWAITE (1986) que se pergunta por que a questão da inclusão educacional está em destaque em muitos debates, então porque não concentrar mais sobre como a inclusão na educação regular pode influenciar no desenvolvimento da auto – identidade positiva entre os alunos com necessidades educativas especiais. (BRANDTWAITE, 1985), aponta pesquisas que apóiam o argumento de que o sentimento de confiança e valor (auto – identidade) de um indivíduo influencia de acordo como ele interage com o ambiente. Há evidencias apresentadas por GLEIDMAM (1980), de que indivíduos com deficiência podem desenvolver uma auto – estima positiva com a incorporação de sua própria deficiência. FERQUSON e ARCH (1989, p. 13) descreveram a questão da seguinte maneira:

Como as pessoas com deficiências podem pensar de que maneira elas incorporam sua deficiência como uma parte importante de sua

identidade pessoal e social? Esse é um tema que complica o apelo para a inclusão educacional. Tanto na literatura quanto em nossas reflexões pessoais, encontramos um conhecimento inegável sobre o sentido de identidade bem desenvolvido, como um adulto com deficiência, necessita de um envolvimento importante quando criança com outras pessoas (crianças e adultos) com deficiências similares.

Portanto inclusão não significa esquecer as diferenças, o objetivo é reconhecer que todas as pessoas são iguais. Qualquer pessoa que não tenha tido oportunidades de desenvolver e apresente também deficiências, as escolas de ensino regular devem estar preparadas ou preparando-se para receber esses alunos e oferecer o que for de melhor para o seu desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem.

2.1- A Formação do Professor Para o Processo de Inclusão

Para uma sala de aula inclusiva ter um bom aproveitamento, compete ao professor participar de formação na área da Educação Especial para que possa desenvolver suas habilidades de trabalhar com pessoas que tenha algum tipo de necessidades especiais na sala de aula de ensino regular, compreendendo o comportamento de cada criança e assim poder atender de forma adequada.

É de se esperar que algumas crianças com necessidades educativas especiais apresentem comportamento fisicamente perigoso ou destrutivo sabe-se que deficiência não é doença e que muita pessoa dessa natureza sente-se ameaçada, por isso se comporta inadequado. É aí que o professor precisa está preparado. Segundo SPRICK (1993), o planejamento deve ser realizado para a segurança do aluno com pouco rendimento, dos seus colegas e do professor, incluindo, por exemplo; briga, se bater, quebrar janelas, gritar, morder a si mesmo, ameaças verbais desrespeito aos adultos e outros comportamentos descontrolados.

E o que se espera para Ourilândia do Norte, (no qual atuo como professora) é uma política educativa inclusiva, que promova sublime desafio

aos sistemas educativos atuais. Uma educação que reconheça o direito de todos os alunos aprenderem juntos, independentemente das diferenças para a construção de laços de vinculação, de afetos que podem vir a revelar-se ao longo dos anos, como uma sustentação emocional fundamental na construção da personalidade dos alunos com necessidades educativas especiais, apoiar seus esforços para se envolverem em transação sociais progressivamente mais autônomas e diversificadas, assim sendo, os alunos ditos normais poderão desenvolver uma maior capacidade, afetiva e cognitiva construindo valores de aceitação da diferença.

Além de todos esses suportes em defesa do ensino/ aprendizagem de pessoas com necessidades educativas especiais em classes de ensino regular, a presença de um outro professor como espécie de auxiliar também será de grande valia. Elevando, no entanto, reconhecer-se que, quando o objetivo fundamental é criar melhores condições de aprendizagem para todos os alunos, a presença de outros recursos na sala de aula, no caso de um segundo professor, pode constituir uma ajuda importante. Então é obvio que esse processo é aberto e dinâmico, no qual o aluno se sente responsável e participante nas questões que tem a vê com a gestão dos comportamentos na sala de aula, com a construção de um clima social favorável às aprendizagens e na determinação dos próprios objetivos de aprendizagem. Através de critérios cooperativamente construídos, entre professor e alunos verifica-se, se os produtos da sua atividade se ajustam às aprendizagens.

Trata-se de capacitar para a criação de situações pedagógicas que assentem no reconhecimento de que cada aluno tem o direito de ser pedagogicamente olhado de forma diferenciada, o que pressupõe a adoção, de forma clara e inequívoca, de uma estratégia de inclusão escolar.

2.2 - A Realidade de uma Escola Inclusiva

Os rudimentos de uma escola inclusiva não consistem apenas na concepção de que pessoas com necessidades educativas especiais são somente aquelas que apresentam deficiências, mas sim todos os alunos. Por que as questões desafiadoras que os alunos e os educadores enfrentam hoje nas escolas, não permitem que se concentrem apenas em uma única necessidade ou grupo de alunos. Até por que uma abordagem fragmentada da reforma da escola não permite satisfazer inteiramente todas as necessidades dos seus alunos.

A reforma abrangente da escola envolve dois componentes. O primeiro é uma visão firme da maneira como as escolas poderiam ou deveriam ser. A exigência primordial é conseguir as escolas outras maneiras – não – estratificadas a um currículo fixo bem – equipado, com professores inovadores e engajados, bem – apoiados. Mas o segundo componente essencial de uma ampla reforma escolar, em oposição a uma inovação do programa ou a alguma improvisação da escola, é uma agenda compartilhada, o entendimento de que o ajuste da escola para algumas crianças deve significar o ajuste da escola para todas as crianças. (SAPON, SHEVIN, 1995, p. 70)

Portanto, quando se pensa em defender a melhoria das escolas com intuito de atender qualitativamente as diferentes necessidades dos alunos, é preciso lembrar ou reconhecer o princípio de que as boas escolas devem ser boas para todos o alunos e não somente para um grupo específico, trabalhando com base os quesitos a seguir:

- Estabelecimento de uma filosofia da escola baseada nos princípios democráticos e igualitários da inclusão, da inserção e da provisão de uma educação de qualidade para todos os alunos.
- O reconhecimento de se definir os objetivos da escola e de garantir a tomada de decisões, o enfrentamento dos desafios e o apoio às interações e aos processos que se compatibilizam com a filosofia da escola. “Para se conduzir uma escola inclusiva é preciso uma crença pessoal de que todas as crianças podem prender e ter um compromisso de proporcionar a todas elas igual

acesso a um currículo básico, rico e a uma instrução de qualidade” (SERVATINS, FELLOWS e KELLY, 1992, p. 269).

São as escolas que através de sua prática espelham na sociedade seus aspectos, valores, prioridades e práticas culturais tanto positivas quanto negativas que existem fora de seus muros, a escola precisa ser área de construção de saberes, onde seus alunos possam desenvolver atitudes, interesses e habilidades que lhes serão necessários para toda vida.

É pensando nisso que se defende a tese de que para a inclusão de pessoas com deficiências as escolas, e premente, assumir a responsabilidade de melhorar as condições sociais negativas, para que as pessoas diferentes se relacionem, e sejam valorizadas como colaboradores para o bem comum, compartilhando dos direitos básicos. Portanto, as escolas precisam refletir sobre esses valores, que sejam moldados por todos profissionais e alunos, e que as próprias estruturas pratiquem o ensino, e os currículos reflitam e exemplifiquem esses mesmos valores.

Para os professores que são novatos em uma classe de ensino regular com inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, é necessário um significativo apoio quanto os próprios alunos, deve haver um grupo de pessoas que reúnem para debater, resolver problemas e trocar idéia, métodos técnicas e atividades para ajudar os professores e alunos a conseguirem o apoio de que necessitam para serem bem sucedidos em suas atividades pedagógicas. Essas pessoas devem ser alunos, pais diretores, professores de classe, psicólogo, terapeutas e supervisores.

Para tanto, essa equipe deve ter reconhecimento de um processo de planejamento contínuo, se surgir situações desafiadoras, a equipe precisa estar capacitada para modificar o plano de apoio de maneira oportuna e eficiente, evitando a ocorrência de uma crise na busca de focalizarem – se as potencialidades dos alunos, é também necessário incluir os pais e alunos como membros, por acaso aconteça uma insuficiência nos resultados da inclusão, o aluno não seja o bode expiatório e evitar também a exclusão

do mesmo. Esses são alguns dos elementos necessários para uma escola inclusiva.

A inclusão de alunos com necessidades educativas em classes de ensino regular não se refere somente na reconstrução do espaço físico da escola, mas é importante repensar a formação dos educadores com uma reestruturação do sistema de ensino e da unidade escolar. O professor não é apenas um executor de currículo e programas predeterminados, mas sim alguém que tem condições de escolher atividades, conteúdos e experiências que sejam mais adequadas para o desenvolvimento das capacidades fundamentais do grupo de alunos, tendo em conta seu nível de que será necessário, é defendido por MAZZOTTA (1986, p. 117).

Qualquer política de inclusão precisa estar firmemente embasada na suposição inicial de que todas as crianças devem ser educadas em escolas regulares. É necessário reconhecer que os obstáculos à inclusão estão na escola e sociedade, mas nunca na criança.

A maioria dos teóricos que se contradizem sobre a inclusão de PNEE a respeito da reforma e reestruturação das escolas regulares, aborda-se o modo como países com sistema de escolas especiais bem estabelecidas podem desenvolver práticas mais inclusivas através da criação ou do fortalecimento dos vínculos entre escolas especiais e tradicionais. O desafio não será igual para todos os países, isto depende da tradição, da cultura, das atividades, dos meios públicos e, de financiamento. Existem países como Inglaterra e Japão, que as escolas especiais são publicamente financiadas pelo estado e administradas pelo mesmo governo local; já em outros países, as escolas especiais são administradas por organizações não – governamentais (como as com algum tipo de necessidades especiais, aqui, no Brasil), com ou sem verbas do governo.

É essencial se desenvolver uma política de inclusão com bastante clareza sobre o que é realmente a inclusão. Embora não haja uma definição

exata e de comum acordo existe um consenso de que a inclusão exige uma reorganização fundamental das escolas e salas de aula regular para atender uma maior diversidade de necessidades das crianças da comunidade. Segundo MITTLE (2000), inclusão envolve mudanças em três níveis.

Tendo assim todas as crianças frequentando a escola local, na sala de aula regular e com o devido apoio as escolas precisa reestruturar seu programa de ensino, pedagógico, avaliação e sistema de agrupamento para garantir acesso e sucesso a todas as crianças da comunidade.

Todos os professores aceitando a responsabilidade pelo aprendizado de todas as crianças, recebendo formação contínua, apoio do diretor (a) do corpo administrativo da escola, de seus colegas e da comunidade.

Em conformidade com a declaração de SALAMANCA (UNESCO, 1994) muitos governos, inclusive o governo brasileiro, fizeram ou assumiram compromisso fundamentalmente, em promover a inclusão propriamente dita, mas não é isto que está acontecendo, até por que, há vários dilemas e obstáculos que dificultam a evolução rumo à inclusão. A proposta é ir além da identificação das dificuldades de uma pessoa individual. O processo deve também incluir a avaliação dos obstáculos à inclusão no ambiente em geral e na escola local em particular, reconhecendo que os obstáculos, estão na sociedade e na escola, mas nunca na criança.

É importante traçar um plano de inclusão individual já que as diferenças não são iguais, este plano deve ir além da avaliação tradicional das necessidades e dificuldades da criança, investigando para saber que tipo de mudanças ambientais seria necessário para permitir que as necessidades individuais de cada criança sejam atendidas na sala de aula de ensino regular da escola. Há vários exemplos como a necessidade de instalações de acesso à sala de aula em cadeira de rodas, instalações recreativas e banheiros, e há salas que precisam ser modificadas no cronograma de ensino e de apoio através da tecnologia de informações, e também há quem precise de um

auxílio pessoal, de um assistente pedagógico de determinadas aulas ou atividades .

Mesmo sob a garantia do direito de todos à educação a diferença pode ser lançada na vala comum do preconceito, da discriminação e da exclusão. Numeras propostas educacionais que defendem e recomendam a inclusão continuam a diferenciar alunos pela deficiência

Segundo MANTOAN (2005), em vez de resistir à inclusão declarando-se despreparada para atender a todos os alunos, amparada na pseudonecessidade de adaptar e individualizar e diferenciar o ensino para alguns, a escola comum deveria estar recriando suas práticas, mudando suas concepções, revendo seu papel, reconhecendo e valorizando as diferenças. Pelo direito de ser sendo diferente, o aluno com e sem deficiências já deveria estar vivendo a liberdade de aprender, tendo o reconhecimento e a valorização de seus mestres pelo que conseguisse construir no domínio intelectual, segundo suas possibilidades.

A trajetória educacional de muitos alunos tem sido prejudicada devido o projeto escolar homogeneizado, que tem visado atender um aluno idealizado e com isto têm produzido um quadro de exclusão. Por meio de processos compensatórios e de normalização, as escolas comuns e também as especializadas proclamam o seu poder e propõe sutilmente, com base em características devidamente selecionadas positivas, a eleição arbitrária de uma identidade normal que regula a pratica educativa de seus alunos.

A escola que assim procede está em contradição com a perspectiva de uma escola que quer fazer a diferença de fato e querendo ser agora diferente de direito , tanto na escola como fora dela . Segundo PIERUCCI, (1999), baseamos-nos pelo direito de ser, sendo diferente. Contudo, vale a ressalva de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza , e de sermos diferentes , quando a igualdade nos caracteriza , (SANTOS,1995) .

È de suma importância conviver com pessoas PNEEs , e tentar reconhece-las e valoriza-los quanto às diferenças , essa é uma experiência

essencial á nossa existência e que deve ser adquirida. Através da inclusão dessa pessoa na sala de aula de ensino regular. Daí então se define a natureza de uma relação, procurando distinguir entre estar com o diferente e o estar junto ao diferente. É claro que no conceito de inclusão tanto os ditos normais quanto os PNEEs precisam se esforçar para se conhecerem e se descobrirem, e nesse ato de descobertas é obvio que haverá confronto, então nos identificamos e nos construímos como seres singulares e mutantes SILVA (2000).

O professor não deve se preocupar de como ajudar a pessoa com necessidades especiais a se adaptar na escola e principalmente na sala de aula de ensino regular, isto por que, toda adaptação escolar predefinida pelo professor, segundo como nos garante a Constituição em seu art. 208, esta é ainda uma maneira de manter a velha fórmula de decidir pelo outro, de impor a ele um padrão de normalidade e de superioridade ou inferioridade. Em hipótese alguma temos o direito de decidir o sucesso de aprendizagem de nossos alunos, se ele diferente ou não. Há até quem duvide da aprendizagem de crianças com algum tipo de necessidades especiais como; surdo, mudo e outros, isto subestimar a capacidade da criança, é inferiorizá-lo.

Adaptar o ensino para alguns alunos de uma turma não conduz a uma transformação pedagógica das escolas, exigida pela inclusão. Essa inovação implica uma mudança de paradigma educacional na prática escolar como: planejamento, formação de turmas, currículo, avaliação e gestão do processo educativo. Essa adaptação não deve ser reguladora, não se devem selecionar atividades formulando provas diferenciadas para alunos com deficiências e, ou com dificuldades de aprendizagem.

Aprender é uma ação humana e criativa, individuais, heterogêneas e reguladas pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. É importante ressaltar que são as diferentes idéias, opiniões, níveis de compreensão que nos enriquecem e que dar norte ao nosso entendimento. Uma pessoa com necessidades educativas

especiais não deve ser tratada com diferenciação numa classe de ensino regular.

Ainda que as escolas de regulares de nosso município não estejam ainda preparadas para lidar com a pessoa com necessidades especiais, não é motivo para se eximir do papel de educar a todos. Assegurar o direito à diferença é ensinar a incluir e, se a escola não tomar para essa tarefa, a sociedade continuará perpetuando a exclusão em suas formas mais sutis e mais selvagens.

Segundo STAINBACK, (1992), a inclusão não deve ser vista como reconhecimento e aceitação de valor, mas como procedimento para que seja vista com importância para todos os alunos. Só que na realidade a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais na educação é feita e aceita de forma obrigatória como se a escola fosse um hospital e o deficiente uma pessoa doente, por que muitas vezes são vistas doentes. Isto quando são vistas; por que se dar a impressão de que os PNEEs não existem, são fantasmas ... Não se vêem na rua, na escola, na televisão ou na política etc. Na verdade desde que o mundo é mundo sempre houve deficientes. Mas nem sempre estas pessoas foram consideradas da mesma maneira que as outras.

No passado, a sociedade frequentemente colocou obstáculos à inclusão das pessoas PNEEs. Por receio, medo, superstições frustrações, exclusões separações estão, lentamente, presente desde os tempos da antiga Grécia, em Esparta, as pessoas com necessidades educativas especiais eram jogadas do alto de montanhas, e em Atenas onde eram abandonadas nas florestas. (Proposta Curricular de Santa Catarina- 1998). Adotando esta atitude de "longe dos olhos, longe do pensamento", Platão chegou mesmo a ponto de afirmar, quando dizia como deveria ser a sociedade ideal:

As mulheres dos nossos militares não pertença da comunidade, assim como os seus filhos, e nenhum pai conhecerão o seu filho e nenhuma criança aos seus pais. Funcionários preparados tomarão conta dos filhos dos bons pais, colocando-os em certas enfermarias de educação, mas os filhos dos inferiores, ou dos melhores, quando surjam deficientes ou deformados, serão postos fora num

lugar misterioso e desconhecido , onde deverão permanecer .”
UNESCO (1977, p. 5-6).

O que se entende é que há um interesse de retribuição por parte da família, da escola e da sociedade em geral que, visando o deficiente como improdutivo, não vale apenas investir, não se percebe que a pessoa com necessidades especiais é capaz de se desenvolver tanto quanto o dito normal, ou até mais, e que a deficiência de um membro não atinge o outro.

Na idade média as pessoas com necessidades educativas especiais eram frequentemente apedrejadas, pois eram consideradas como possuídas pelos demônios. Até no século XIX, e já no início do século XX eram usados a esterilização de pessoas com deficiências como método para evitar a reprodução desses “seres imperfeitos”. O nazismo promoveu a aniquilação das pessoas com deficiências por que não correspondiam à pureza da raça ariana. Não eram e nem são apenas estas as formas de aniquilamento das pessoas com necessidades educativas especiais, mas também o isolamento em grandes asilos, os comportamentos marcados pela rejeição, vergonha e medo. Há também o isolamento nas escolas especiais, quando esses alunos não freqüentam também a escola de ensino regular. UNESCO, (1977).

Só após a segunda guerra mundial, os direitos humanos começaram a ser valorizados; surgem então os conceitos de igualdade de oportunidades, direito á diferenças, á justiça, filosóficas e sociais de organizações como: a ONU a UNESCO, a OMS, a OIT e outras. A partir daí as pessoas com deficiências passaram a ser consideradas como possuidoras dos mesmos direitos á participação na sociedade e a sua conseqüente integração escolar e profissional.

Segundo estudo da UNESCO (1997, P.5-6), a história da humanidade pode ser dividida e cinco fases, de acordo com o modo como os deficientes foram tratados e considerados:

1- Fase filantrópica em que as pessoas com deficiências são consideradas doentes á sua natureza. Por tanto, precisavam ficar isolados para tratamentos e cuidados de saúde;

2 - Fase da assistência pública em que o mesmo estatuto de doente "e" inválido "implica a institucionalização de ajuda e da assistência social";

3- Fase dos direitos fundamentais, iguais para todas as pessoas, quais quer que sejam as suas limitações ou capacidades é a época dos direitos e liberdades individuais e universais de que ninguém pode ser privado, como é o caso do direito à educação;

4 - Fase da igualdade de oportunidades, época em que o desenvolvimento econômico e cultural acarreta a massificação da escola e, ao mesmo tempo, faz surgir o grande contingente de crianças e jovens que, não tendo um rendimento escolar, adequado aos objetivos da instituição escolar, passam a engrossar o grupo das crianças e jovens deficientes mentais ou com dificuldades de aprendizagem;

5 - Fase do direito á integração, se na fase anterior se promovia o aumento das deficiências, uma vez que a ignorância das diferenças, o não respeito pela diferença individual mascarado como defesa dos direitos de igualdades agravava essas diferenças, agora é o conceito de norma ou de normalidade que passa a ser posto em questão.

Todas estas fases são importantes, mas nenhuma delas deu pleno poder de inclusão de pessoas com algum tipo de necessidade na educação de ensino regular, e é este o objetivo de nossa pesquisa, por que acredita que é só através da convivência pela inclusão a pessoa com deficiência encontra modelos positivos nos colegas não deficientes , crescendo e aprendendo a viver em ambientes integrados , porque a melhor forma de aprender é lidar com os ditos normais e vice – versa , praticando e partilhando as aprendizagens.

Assim todos reconhecem a importância de compreensão e aceitação umas das outras. Reconhecendo as necessidades e competência de cada um e aprendendo a respeitar todas as pessoas. Todo esse conjunto de valores só

será possível através da inclusão, gerando macros, tanto para os alunos com necessidades educativas como para os não deficientes.

Segundo a educadora STAINBACK (2004), há muitas dificuldades a respeito da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na educação de ensino regular e entre elas está a padronização dos programas de ensino, da avaliação e dos métodos que tem sido prejudicial não apenas para o movimento da inclusão, mas para toda a educação. Sabe-se que os alunos tanto deficientes quanto ditos normais não são iguais. E essa diversidade entre eles é amplamente reconhecida, mas ainda assim as práticas e os preconceitos ignoram esse fato e continuam existindo na maior parte dos sistemas educacionais. É a inclusão de alunos PNEE mais acentuados que leva essa discrepância entre o conhecimento educacional para o primeiro plano.

A fim de lidar com esse problema, foram criados procedimentos para mudar ou homogeneizar os estudantes o suficiente para que eles satisfaçam as exigências escolares padronizada. Esta é uma tentativa de fazer isso, as políticas de educação estabelecem regras que, alguns ajudem a se conformar. Quando isso não acontece, por que é quase impossível, a única forma é a remoção da educação geral.

No entanto, a lógica rompe – se com o problema inicial, a discrepância entre o conhecimento e a prática do sistema educacional, adotar uma inclusão propriamente dita carece esforços e dedicação por parte de todos profissionais da instituição escolar, família, sociedade e governo, e é este um grande obstáculo contra a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais na escola de ensino regular, o governo não dispõe a investir, a família e sociedade não se esforçam, e os profissionais da educação têm medo por não estarem preparados.

E no fim de tudo o peso recai sobre o estudante por não se desenvolver igual aos demais, devido estar em um ambiente que não lhe é próprio, além disso, ele é diferente, mas a prática educacional é igual para todos.

STAINBACK, (1.999) enfatiza que em vez de mudar os alunos para se enquadrarem no sistema, precisa mudar o sistema para atender às necessidades deles. Essa não é uma idéia nova, e sim algo que foi amplamente ignorado. Devido ao longo entrincheiramento da padronização nas escolas, tal maneira seria dispendiosa tanto em termos de tempo quanto em termo de dinheiro, e sua implantação exigiria muita flexibilidade. Embora a maioria dos educadores reconheça as mazelas da padronização, do ponto de vista administrativo é mais compensador fazer periodicamente algumas mudanças simbólicas com vistas a aliviar alguns dos problemas.

Acredita-se que não há um programa ou plano em múltiplas etapas para se obter a inclusão. Ainda que existam sugestões para atividades que focalizem a inclusão, ela não é um novo método, e sim um valor. Ela é o que fazemos com as crianças. A inclusão é para toda nossa família, e todas as pessoas em nossa sociedade. Não se deve retirar nem separar alunos por não se enquadrarem no sistema educacional. O aluno com necessidades educativas especiais existe, na política, na economia, nas culturas, nas religiões e na sociedade.

3- ANALISANDO E INTERPRETANDO OS DADOS OBTIDOS NAS PESQUISAS.

Chega então o momento de analisar e interpretar os dados que coletei durante a pesquisa científica, e para isso tomei por base alguns dos autores que estudei ao longo desse trabalho, os quais são: Garcia, Schimidt, Cunha, Gentzittel, Snyders, Dourei, Gliroux, Mazzotta, Maria Montessori, Vaux, Mantoane também Declaração de Salamanca, Sasaki e Paulo Freire .

Em confronto com a pergunta principal desse trabalho: "Como se dá a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas públicas e particulares no Município de Ourilândia do Norte"? Observa-se também, com bastante precisão as informações sobre o tema em estudo e outras categorias de análise como, (1) "O ambiente escolar e o ingresso da pessoa com necessidades especiais no mesmo." (2) "A atitude da comunidade escolar com relação a pessoa com necessidades especiais".(3) "A prática pedagógica e o desenvolvimento da pessoa com necessidades especiais".

Busquei com a investigação atingir os objetivos propostos para a realização deste estudo, tendo em mente a garantia por lei do direito da pessoa com necessidades especiais nas escolas de ensino regular. E sabendo que esse direito diz respeito a todas as pessoas, e por isso pretendo investigar "Como se dá a Inclusão de Pessoas Com Necessidades Especiais" nas Escolas de Ensino Regular no Município de Ourilândia do Norte.

Partindo desse problema é que se reflete sobre a contribuição para melhoria da forma de educação neste município, construindo compreensões a respeito das organizações do trabalho pedagógico do professor que trabalha com alunos com necessidades especiais em classe de ensino regular.

A organização dos dados coletados foi baseado e fundamentado de acordo com o referencial teórico abordado neste estudo, que tem por finalidade observar o trabalho docente quanto ao desenvolvimento dos alunos em todos os seus aspectos. Já às categorias a serem analisadas foi, o ambiente escolar e o ingresso da pessoa com necessidades especiais no mesmo. A atitude da comunidade escolar com relação a pessoa com necessidades especiais. A

prática pedagógica e o desenvolvimento do PNEE. Sendo que os alunos entrevistados responderam com espontaneidade as perguntas sobre o assunto.

Com respeito ao questionário sobre a escola também não foi diferente quando lhes perguntei o que eles sentem ao se matricular numa escola de ensino regular? Eles respondem com precisão:

"Sinto-me muito alegre" (Lurdes).

"Eu gosto muito, e fico feliz por saber que nesse ano vou mudar de colégio".(Thierry)

"Mais ou menos, porque a quadra de esporte é toda esbarrancada, o banheiro é muito ruim, não gosto de entrar dentro dele." (Lurdes)

"É bom estudar aqui, tem merenda boa." (Filipe)

"Minha relação com meus colegas é ótimo, apesar dos meninos bagunçarem muito, mas todos são meus colegas." (Marleide)

"Sim, porque os professores não sabem explicar pra mim." (Welvis)

"Porque preciso de ajuda". (Thierre)

Com base na fala dos alunos entrevistados é possível observar que, de modo geral há sim, uma contribuição da escola à aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais por meio da convivência com as outras crianças, pois as mesmas apresentam em suas falas práticas de conhecimentos sociais, tais como, (brincar com o colega, escrever as atividades no caderno e no quadro, jogar bola, pular elástico, e outros) desenvolver outras habilidades como, (desenhar no papel, no chão, fazer continhas, ler números).

O fato é que pelas informações que se obteve das crianças entrevistadas, deu pra se perceber que as próprias crianças vivenciam inclusão, (mas não a propriamente dita) tanto em escolas públicas como em particulares, passando assim por decepções, não se adaptando ao currículo, causando então empecilho no desenvolvimento das atividades propostas,

no que se refere a aceitação, são discriminados mesmo que disfarçados. Pelo que se percebe são tratados com diferença em relação às outras crianças.

Tomando como base as informações alcançadas no decorrer das investigações e que pode se perceber que o ambiente escolar onde funcionam classes de ensino regular com alunos portadores de necessidades educacionais especiais, não estão adequados a inclusão dos mesmos, é uma sala, ou escola própria a alunos ditos normais de acordo com MANTOAN (ano) a pessoa com deficiência precisa ter maior autonomia para atingir seus objetivos. Daí se resulta em conceitos de autonomia física e autonomia social. Por exemplo, as rampas nas calçadas e o manejo das cadeiras de rodas, que possibilitam aos deficientes físicos o deslocamento, o mais autônomo possível no espaço físico.

Mas o ambiente pesquisado não há a menor possibilidade de atender de forma inclusiva a criança que apresenta necessidades educacionais especiais. Pois o mesmo representa um grande entrave a essa clientela. Contrariando o que reza na DECLARAÇÃO de SALAMANCA: "... as escolas devem se ajustarem a todas as crianças, independente de suas condições físicas, sociais, lingüísticas ou outras ". (DECLARAÇÃO de SALAMANCA 1994, p. 01).

Portanto, para que essa escola se transforme em uma escola de fato inclusiva, é necessário que haja uma grande melhoria com relação ao aluno com necessidades educacionais especiais, como nos assegura a LDB no capítulo v, art. 59, inciso I que consta sobre a Educação Especial, os sistemas de ensino assegurarão ao educando com necessidades educativas especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas para atender às suas necessidades – local onde todos tenham condições de acesso, permanência e possibilidade de desenvolvimento . Sendo que isso é só teoria nas políticas públicas educacionais, porque quando nos confrontamos com a realidade das escolas públicas e particulares é que chegamos à conclusão de que a lei existe, na maioria das vezes, apenas nos discursos.

Referente à segunda categoria que é: “A prática pedagógica e o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais” as opiniões dos alunos entrevistados não condizem com a prática pedagógica da professora. Isso fica claro em suas falas no momento da entrevista ao perguntar ao aluno:

- Que tipo de atividades a professora faz e você mis gosta?

Bom, ela faz... Continhas, agente pinta e é só.

Tem tarefa no quadro, na folha e até no chão, eu gosto, né?

Ela manda ler... Escrevo no caderno, às vezes eu não sei...

Tem vez que a professora ajuda...

Tem atividade boa, diferente, leva pra brincar no pátio.

É sempre assim, do mesmo jeito.

É igual toda vida.

Para Montessori (1870 – 1956), aprendizagem vem de dentro e é espontânea; a criança precisa de atividades interessantes para se sentir motivada. As crianças têm o direito de liberdade de escolha; por isso necessitam de material suficiente para que possam passar de uma atividade a outra, conforme o índice de interesse e de atenção o exija. As crianças têm senso de dignidade pessoal, assim, não podendo esperar que façam exatamente o que mandamos. Os alunos com necessidades educacionais especiais entrevistados e que estudam em classe de ensino regular, fizeram declarações precisas de que recebem ajuda quando têm dificuldades, logo se observa no depoimento abaixo:

Eu aprendo, mas tem coisa que a tia me ajuda.

Pegar lanche... , fazer dever...

A tia me ajuda, mas eu aprendo

A tia ajuda

Comprova-se mediante as observações e entrevistas que a professora Sirlene em determinadas vezes deixou de exercer seu papel de mediadora que nos é exigido no processo de ensino – aprendizagem, isso ficou claro num dia quando o aluno, disse que não dava conta da atividade que lhe foi proposta e a

professora lhe respondeu que não daria conta porque só ficava conversando, e que se virasse, e logo foi atender a outro aluno que havia lhe chamado. Ficando o aluno Thierre apenas com suas dúvidas.

A minha concepção como educadora é que a ação pedagógica da professora Sirlene não foi agradável aos olhos de quem entenda de relação professor-aluno. E é importante considerar o diz Garcia (1982), a aula como momento de encontro entre os sujeitos e deles com o conhecimento, sempre permitindo o estabelecimento de vínculos. Porém, quando a prática pedagógica está majoritariamente centrada no professor como transmissor de um conhecimento pronto e os acabados vínculos que se desenvolvem são vínculos de dependência, por mais crítica que seja a abordagem que o professor dê ao conteúdo.

Numa perspectiva de educação dialógica, o professor passa a ser o interlocutor mais experiente, o mediador, através de sua dinâmica de aula, entre o conhecimento cotidiano que o aluno possui e o conhecimento formal que a escola tem por tarefa socializar. Essa mediação implica, inclusive, que há momentos em que o professor precisa silenciar, para que duas novas possibilidades de diálogo surjam, o diálogo do aluno com o conhecimento e o diálogo entre os alunos sobre o conhecimento. Permite-se e vislumbra-se, assim, um vínculo libertador entre os alunos e o professor, e deles com o conhecimento. Analisando a fala do aluno Welvis, quando o mesmo disse:

Às vezes eu não gosto da aula, por isso não presto atenção, aí eu converso com os outros e não compreendo o que a professora está ensinando, fico desligado, não aprendo.

Então quando isso acontece é porque há falta de interesse, a aula não está interessante para o aluno, outro fator também é a falta de disciplina interior e suas manifestações exteriores- o desligamento, a conversa, etc. Mas não é só isso que ressalta sobre a relação entre o interesse pela aula e a disciplina, há outras sugestões nas falas dos alunos que também se relacionam com essa

temática: a autoridade, o respeito, o diálogo, a afetividade, a interação positiva entre professor e aluno.

Portanto devo considerar a opinião de CUNHA (1989) e GENTZBITTEL (1993) os aspectos afetivos e uma interação professor aluno positiva têm papel preponderante nas afinidades que se desenvolvem entre professor e aluno – no gostar do professor, o que, por sua vez, acaba por favorecer o gosto pela matéria e o interesse em aprender os conteúdos que o professor desenvolve.

Por conseqüência, eles indiretamente favorecem as disciplinas exterior e interior referidas anteriormente, ou seja, quando há uma interação professor-aluno positiva, que estimule a participação do aluno e o interesse em aprender e a conseqüente disciplina exterior. CUNHA (1989), entretanto, ao indicar que os alunos apontam como um aspecto importante essa relação entre o “gostar do professor” –desencadeado pela interação – positiva – e o interesse pela matéria, pondera que raramente essa interação é desvinculada de uma prática pedagógica competente.

Também, quando se estabelece uma interação professor – aluno positiva, há uma relação recíproca de respeito e, mais ainda, quando os alunos gostam do professor, o aspecto afetivo leva-os a procurar atender às expectativas deste.

Ao observar esta situação na classe da professora Sirlene, de como os alunos se mostram muitas vezes desinteressados e até mesmo aborrecidos com o método que a professora ensina, pude perceber que tanto ela como as outras crianças que às vezes atuam na mesma classe têm dúvida quanto ao desenvolvimento de seus alunos, não acreditando que possam terminar seus estudos e conseguir uma profissão, sendo esse o sonho da maioria dos estudantes.

A professora “S”, ao dar seu depoimento deixou evidente que alunos têm muitas dificuldades em assimilar os conteúdos desenvolvidos na aula, em

suas falas disse que o que pareciam ter aprendido hoje amanhã já não sabiam mais, esqueciam tudo. Por fim disse que só queria brincar, ela estava disposta a deixá-los sem recreio a fim de que eles aprendessem mais rápido.

Percebe que a professora não tem uma metodologia adequada para resolver essa situação, a professora ainda alega não saber como proceder para despertar o interesse da turma, queixando-se dos pais por não acompanharem a vida escolar do filho.

Percebe-se nas falas dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, que estão nesta sala de ensino regular, que as atividades desenvolvidas pela professora Sirlene estavam desinteressantes por se tornarem rotineiras, isto é, repetitivas, sempre a mesma coisa, com isto causando a falta de atenção e conseqüentemente o fracasso no desenvolvimento escolar desses alunos.

Numa situação como esta SASSAKI, (1997), aconselha a prática do método Participação parcial que é a seguinte: uma estratégia em que os alunos portadores de necessidades educacionais especiais que estão em classe de ensino regular, se envolvem em algumas atividades com seus colegas sem deficiências, embora numa reduzida dimensão, neste tipo de estratégia, o professor faz algumas adaptações nas atividades a desenvolver, no sentido de facilitar o mais possível à participação dos alunos PNEE alterando as regras do jogo, modificando a forma de apresentação ou de organização da tarefa ou, mesmo, dando alguma ajuda individual aos alunos com deficiências nas partes mais difíceis da atividade (1997, p. 34).

A atitude da sociedade escolar a respeito do PNEE é a categoria a ser analisada, e percebe-se que com todo esse aparato sobre a inclusão, não se pode negar que o preconceito está presente na vida dos portadores de necessidades educativas especiais, mesmo estando estudando em classe de ensino regular, muitas vezes são vistos pelos seus colegas ditos normais e até mesmo por outros profissionais da educação como pessoas doentes, alguns

têm medo, outros piedade, e ainda há aqueles que se afastam temendo que sejam pessoas perigosas.

É por esta razão que o processo de inclusão não tem tido sucesso, o pensamento negativo da comunidade escolar e também da sociedade em geral só tem contribuído para o fracasso da inclusão, tornando assim, impossível a valorização do aluno. Esse é um erro cometido pela sociedade a milhares de anos, em generalizar o atraso no desenvolvimento de pessoas com deficiências, porque segundo a Organização Mundial da Saúde (1980, p.37). É fácil perceber que, qualquer que seja o tipo de deficiência, o aluno com necessidades especiais apresenta gradações: há pessoas com comprometimentos maiores, que exigem equipamentos cadeiras de rodas, e há outras cujas limitações são menores, algumas conseguem aprender a ler e escrever, mas outras não. A Organização Mundial da Saúde, (1980), define alguns graus usando as seguintes classificações: Desvantagem. Deficiência Incapacidade. Verdade e Mitos.

Ainda com base nas informações da Organização Mundial da Saúde: A segregação começa a partir da colocação de rótulos ou de etiquetas nas pessoas com deficiências, do tipo não vai aprender a ler não pode fazer tal movimento e outros. Essas etiquetas têm conseqüências sobre a forma como estas pessoas são aceitas pela sociedade e não permitem que a própria pessoa se exprima e mostre do que é capaz. A ênfase recai sobre a Incapacidade, sobre a Deficiência e não sobre a Eficiência, a Capacidade, a Possibilidade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (1988) é só a partir do reconhecimento e da aceitação de nossos preconceitos e desconfianças que estamos aptos a mudar nosso comportamento e a aceitar que o objeto destes sentimentos é uma pessoa como nós, ou seja, começaremos a identificar os pontos comuns entre nós e não mais acentuar as diferenças . Poderemos então, identificar o que nos une e constatar que nossa essência é a mesma: somos seres humanos, cuja diversidade indica riqueza de situações e possibilidades de intercâmbio de vivências e de aprendizagem.

Segundo Gardner (1993), a Teoria das Inteligências Múltiplas sugere abordagens de ensino que se adaptam às potencialidades individuais de cada aluno, assim como a modalidade pela qual cada um pode aprender melhor. Reunindo a grande variedade de habilidades humanas em sete inteligências básicas:

Temos agora um mapa para compreender as muitas maneiras pelas quais as crianças aprendem, e um plano para garantir seu sucesso e na escola e na vida Armstrong (1994, p. 28). Percebe-se ao dialogar com a professora que o problema mais grave é sua má formação pedagógica, deixando bem claro que era recém-contratada, e que nunca havia trabalhado antes como educadora, além disso, nunca teve oportunidade de participar de cursos de habilitações na área da educação.

Eis a razão por que durante as observações as aulas eram muito repetitivas sendo fácil de adivinhar a aula do dia seguinte: copiar do quadro , ler com a professora , tarefa mimeografada e pintar um desenho , essa pode ser a causa do desânimo dos alunos Thierre e Welvis. Vale ressaltar que esses alunos são participativos nas interpretações orais, porém ainda não sabem ler e nem escrever. A professora parecia conservar uma rotina semanal para as crianças, nunca apresentava algo novo, era sempre as mesmas coisas como: Bom dia,vamos fazer oração, copiem o nome da escola, façam a tarefas... Com um único objetivo, manter as crianças ocupadas.

Reconheço que a rotina em uma sala de aula seja inclusiva ou não só traz benefício quando acompanhada de algo diferente, e não repetição, pois a rotina é uma forma de organizar o trabalho pedagógico, evitando desordem, mas quando a rotina é repetitiva contribui para o desinteresse dos alunos. O professor que deseja sucesso em sua prática pedagógica, precisa buscar constantemente novos conhecimentos a fim de cultivar a curiosidade de seus alunos.

De acordo com Freire (1997, p. 32) No limite, pode se afirmar que a atividade docente que se organiza de modo mecânico, casual, espontâneo, sem explicitação das intencionalidades, deixa de ser práxis educativa, deixa de ser atividade docente. O autor ainda diz que "faz parte da natureza da prática docente, a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente".

Depois de ouvir o depoimento dos professores que foram sujeito desse estudo, percebe-se a necessidade de melhorar o trabalho pedagógico. Pois essa também é uma idéia dos professores que trabalham em salas de aula de ensino regular com alunos com necessidades educacionais especiais, e que também foram sujeitos desse estudo e de nossa observação em sala e de suas falas:

- Professora Isaura:

"... Não é que eu não goste de ensinar eles, eu queria ter mais conhecimento da situação."

- Professora Zilma:

"... Seria melhor se agente tivesse um treinamento específico nessa área."

- Professora Sirlene:

"...Tenho medo de está fazendo tudo errado, porque não estou preparada para lidar com essas crianças."

Acredito que se a professora tivesse uma formação adequada, saberia que o mais apropriado seria exercer uma prática mais centrada no aluno, com características mediadoras, interagindo entre alunos e desenvolvendo assim uma prática pedagógica com princípios construtivistas, compreendendo que a criança com deficiência física tem dificuldade em executar atividades, mas, porém se dedica mais a tarefa intelectual.

Vale ressaltar que a escola é muito importante para qualquer criança, mas principalmente para aquela que tem necessidades educacionais especiais. É lá que, aos poucos, ela aprende a confiar cada vez mais em si própria, tomando consciência de que é capaz de realizar a maioria das atividades, embora levando um pouco mais de tempo. (BEE, HELEN, 1977).

Percebe-se quanto ao problema que norteia esse estudo, que é "Já que é garantida por lei, a escola para todos, porque os deficientes não se encontram nesse todo?" Devo considerar que a prática desenvolvida nas classes de ensino regular com crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, está bastante longe do ideal, da proposta dos governos para a inclusão e melhor dizendo, do nosso objetivo. Embora proporcionando a essas crianças ensinamentos que possibilitam no seu cotidiano tanto nos aspectos afetivos como nos sociais, é desenvolvida com elas boas maneiras de se relacionar com os demais... Uma coisa que deixa a desejar é sobre o aspecto cognitivo, pois poucos avanços foram detectados no decorrer da pesquisa, na aprendizagem desses alunos.

No decorrer das observações com as declarações da professora que a prática exercida por ela ainda é tradicional, com as atividades mais voltadas para a professora, com base na exposição e interpretação da matéria, essa ainda é uma prática escolar de muitos professores os quais defende a teoria de que a linguagem e a coordenação se diferenciam da alfabetização, quanto ao modo de aprender. A professora bem devia entender que esse método não ajuda ao aluno a construir seu próprio conhecimento.

Segundo a Constituição de 1988 ocorre que toda adaptação predefinida pelo professor ensina o aluno a ser dependente, limitado, reativo, negando-lhe a oportunidade de construir conhecimentos segundo as suas capacidades. É ainda uma maneira de manter a velha fórmula de decidir pelo outro, de impor – lhe um padrão de normalidade, estabelecido por relações de poder - saber hegemônicas, que controlam de fora o que o aluno deve ser, aprender e conhecer.

Portanto, vale ressaltar que a professora Sirlene muito tem se esforçado para fazer um bom trabalho com sua turma e o que a tem esbarrado é sua formação, não somente ao PNEE como com toda a turma, nesse momento a falta de formação é um grande problema na prática pedagógica do educador. Pois o trabalho tradicional da professora Sirlene é fruto de sua formação docente, é também modelo da sociedade em que a escola faz parte.

No entanto posso concluir que a professora Sirlene precisa repensar sua prática pedagógica, já que a mesma defende a inclusão de PNEE, então seu objetivo não pode dissociar de sua prática, não podendo se opor com as constatações que foram observadas durante as pesquisas.

Quanto à escola que deseja ser inclusiva não basta apenas matricular o PNEE na classe de ensino regular, mas preparar o ambiente para o acesso do aluno portador de deficiência, investir na formação do professor, defender a inclusão, não de forma a esconder o preconceito, mas abolindo-o.

Historicamente a inclusão é uma questão e precisamos compreendê-la como evolução da humanidade, até porque os conceitos de como eram tratados os portadores de necessidades em vários lugares já foram mudados, por exemplo: retardado, doentinho, aleijado, mudinho, surdinho, mongolóide. Débil mental e outros esses termos dificilmente são usados, devido o peso do preconceito que carregam, pois todos nós sabemos o quanto estas palavras são poderosas.

Atualmente, os termos adequados são, Pessoa Portadora de Deficiência, Pessoa com Deficiência ou Pessoa com Necessidades Especiais. Estes termos sinalizam que, em primeiro lugar, referimos – nos a uma pessoa que, dentre outros atributos e características, tem uma deficiência, mas ela não é esta deficiência. O que importa, em primeiro lugar, é a pessoa.

Estes termos também despertam controvérsias, cada um deles tem defensores, com argumentos próprios. Acreditamos que o fundamental é

referir-se a estas pessoas ou conversar com elas de forma que não demonstrasse preconceito. (OMS, 1980, p.37).

Portanto, é preciso que cada educador dê o melhor de si para sensibilizar a sociedade, abrindo caminho para que a inclusão aconteça não como pressão, ameaça, mas como aceitação do outro. Pois não se pode negar que o PNEE existe de fato, e que são seres humanos por direitos e com singularidades.

Após ter analisado as pesquisas e as observações em sala de aula, e considerando as causas atuais da inclusão penso que; este estudo pode nomear ponto de partida para despertar o interesse de algumas tradições que já estávamos acostumadas. Espero oferecer uma contribuição precisa com este estudo que acredito ser de caráter científico.

- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado sobre a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, com o propósito de analisar a realidade da

escola de ensino regular com alunos PNEEs refletindo e discutindo sobre as teorias , e, dando sugestões com o intuito de melhorar o desenvolvimento do trabalho pedagógico docente .

Recorri às teorias dos vários referenciais utilizados nesta pesquisa que podem contribuir muito para o processo de ensino – aprendizagem na área educacional, em vários aspectos, na realidade da sociedade em que vivemos.

Depois de relacionar a teoria com a prática que observei na sala de aula, pude perceber os quantos às mesmas se distanciam, causando sérios empecilhos no aprendizado dos educandos, isto por que não há ainda cursos de capacitação para o profissional, razão pela qual se detecta a resposta do problema deste estudo, ao se perceber que a prática pedagógica da professora Sirlene precisa ser repensada a fim de melhorar sua forma de interagir entre ela e seus alunos e alunos entre alunos.

Quando a professora não os trata como doente acha que é meio doido. Essa é uma realidade daquela classe. A professora chegou a declarar em depoimento na entrevista que faria de tudo para despertar a auto – estima dos de seus alunos, porque para ela é muito importante (diz), pena que esta afirmação não se concretizou em sua prática educativa com relação ao PNEE que estuda em sua sala de aula. Durante o período de observação em sala foram poucas às vezes em que se percebia a interação da professora com seus alunos, entendo que ela não fazia a propósito, mas acontecia naturalmente, como se essas crianças não existissem de fato. Quase não havia diálogo que pudesse valorizar e desenvolver as diversas potencialidades de cada criança.

Segundo as teorias que me aprofundei no decorrer deste estudo e as observações de sala de aula, pude comprovar que a prática pedagógica da professora Sirlene não traz benefício algum no processo educacional de seus alunos por não proporcionar aos alunos momentos de interação com relação interpessoais, oferecendo espaço para que as crianças pesquisadas pudessem

interagir umas com as outras. Segundo Moreton (1994), para que uma criança "especial" "possa ser" "incluída" "numa situação em que todos a sintam" "mais normal" e em que a sua auto-estima seja aumentada, em que se desenvolvam relações interpessoais e interações com seus colegas (com ou sem dificuldades especiais) é necessário desenvolver estratégias adequadas e devidamente planejadas.

A pesquisa que realizei nesta escola pude constatar que na concepção dos PNEEs, eles poderão aprender, dizendo que já sabem ler e escrever e que até fazem continhas de vez em quando, mas o que pude entender nos dias em que observei aquela sala é que esses alunos se sentem privilegiados por estudarem juntos aos demais, isso ficou claro nas revelações dos alunos que foram utilizados como sujeitos da pesquisa, gostam da escola e da professora dizem que é um lugar diferente.

Pois esta já é uma forma de abolir a exclusão e a segregação que ainda está tão presente na sociedade em geral, pois a qual pouco tem contribuído na questão da inclusão de PNEE, ficando esta propaganda de escola para todos somente nos discursos, e com toda responsabilidade e compromisso ético recai sobre nossos ombros, se é que queremos uma educação de qualidade. Portanto é importante que o educador tenha consciência do seu objetivo, sabendo que seu papel deve ser histórico e político, O resultado é um sistema educacional mais forte e mais eficiente para todos os alunos, Noddings (1995, p. 366).

Acredito que a escola é um lugar social onde a formação do ser humano é um exercício de cidadania inserindo as pessoas para atuar como agentes aptos e participantes das ações sociais. Portanto é necessário que a escola se empenhe para que haja transformação a fim de torná-la em um lugar de atração e ludicidade, pois a escola deve ser um espaço de vivência prazerosa e não um lugar de ameaças e repreensão.

Durante as observações feitas em sala, pude constatar que a professora Sirlene se comportava de maneira distinta, ora interagia como protetora do

processo de ensino – aprendizagem, mas houve situações em que a mesma não mediara nesse processo, e essa circunstância se pode confirmar quando o aluno “Thierry” não deu conta de responder a atividade, e a professora respondeu: Você precisa tentar certo?

E com essas e outras constatações posso concluir que a professora enfrenta diversas dificuldades em trabalhar com alunos portadores de necessidades educativas especiais. Essa dificuldade que percebi no trabalho pedagógico da professora Sirlene atribui a sua própria formação profissional que não lhe oferece suporte necessário como: cursos de aperfeiçoamento, treinamento e outros que contribuíssem na capacitação do profissional procurando assim atender os alunos conforme as necessidades educativas de cada um.

Mesmo com todas as dificuldades que se pode perceber no processo pedagógico da professora Sirlene não posso dizer que ela não valoriza sua ação pedagógica, porque muito se esforça, é como já citei antes, lhe falta preparo, pois sua dúvida quanto o desenvolvimento do PNEE é consequência de sua falta de preparação para atuar nessa área, portanto, acredito que sua prática deve ser reavaliada afim de que possa adquirir conhecimento dinâmico no processo de ensino aprendizagem, apreendendo os saberes e as experiências de seus alunos, detectando os avanços e atrasos, propiciando formas de superar as desvantagens, sendo que ela própria e seus alunos atuem de forma ativa.

Portanto, ao analisar o processo de educativo no decorrer do tempo que observei a classe de ensino regular onde estão incluídas as crianças portadoras de necessidades educativas especiais (no nosso dizer), então percebi que a professora dava prioridades ao conhecimento científico dos alunos, ao invés de valorizar e aproveitar os saberes espontâneos das crianças, esta também é uma das causas pelas quais os alunos se tornam desinteressados levando-os ao fracasso escolar.

Constatei também durante as observações que a professora Sirlene obtia as respostas desejada de suas perguntas não porque pensavam livremente, mas eram instigados a pensar de acordo ao conteúdo trabalhado pela professora. A professora tem preferência por uma prática pedagógica que a meu ver não se identifica como diálogo, isto é, não há o diálogo necessário entre a professora e seus alunos, a professora parece não entender que a aprendizagem se dá também através da escuta, quem não vê mas ouve a conversa não pode aprender falar, a inclusão depende também da troca de idéias entre o PNEE e os ditos normais, contribuindo uns com os outros afim de constituir uma sociedade justa e para todos.

Portanto, quero dizer que as considerações e conclusões aqui apresentadas não são verdades absolutas, não estão prontas e acabadas, pois são apenas caminhos favorecendo novos estudos na mesma área. Estou certa de que esse estudo contribuiu para uma nova visão sobre a inclusão de PNEE nas escolas de ensino regular no município de Ourilândia do Norte, Portanto, deve valer como ponto de partida todos os dados obtidos nesta pesquisa, reconheço que alguns aspectos aqui podem ser explorados com referencia ao tema desse estudo que acabo de concluir.

BIBLIOGRAFIAS

AMARAL L. Pensar a diferença – **deficiência**. Brasília CORDE, 1994

ANDERSON, L & PRAWAT, R. (1983). **Responsability in the classroom: A Sinthesis of research on teaching self-control**. *Educational Leadership*, 40, 62-66.

APPLE, MICHEL. **Política Cultural e educação**. São Paulo, Cortez, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– LDBN nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília, CORDE, 1997.

BRANTHWAITE A. (1985). **The development of social identity and self – concept**. In A. Branthwaite & D. Rogers (Eds.), **Children growing up**. Filadelfia: Open University Press.

PIERUCCI, Antonio. Flavio. **As ciladas da diferença**, São Paulo: Editora 34, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação: o sonho possível**. In. BRANDÃO, Carlos (org). O Educador: vida e morte, Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREIRE. P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

SASSAKI R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: W V A, 1997, p. 34. Sasaki, op. Cit. Pág. 36-41.

SILVA, Tomaz da. **Documentos de identidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. A Epopéia ignorada. São Paulo CEDA 1986, P. 256.

MAZZOTTA, Marco José da Silveira. **Educação escolar, comum ou especial?** São Paulo, Pioneiro, 1997.

_____ **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo. E. P. U. 1993.

_____ **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo. Cortez Editora. 1996.

_____ **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo. Pioneira. 1982, p. 03.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para professores.** Porto Alegre, ARTEMED, 1999.

SANFELICE, José L. **Escola Pública e Gratuita para todos: inclusive para os deficientes mentais.** Caderno CEDE: Educação Especial. NO 23. SÃO PAULO: Cortez, 1989

SILVA T. T **da Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ROSANA Ramos. **Passos para a inclusão: Revista Nova Escola**, maio de 2002.

MANTOAN Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiências: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo. Memnon- Editora SENAC, 1997.

Ferguson, p. & Asch, A. (1989). **Lessons fro life: Personal and parental perspectives on school childhood, and disability.** In D. Biblen, A. Ford & D. Ferguson (Eds), *Disability and society* (p. 108- 140) Chicago: National Society for the Study of Education.

Jhnsn, R.& Jhnon D. (1994). **Na overview of cooperative learning.** In J. S. Thousand, R. A. Vila & A. I. Nenin (Eds), **Creativity and collaborative Learning: A practical guide to empowering students and teachers** (p. 31-45) Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co.

Noddings, N. (1995). **A morally distensible mission for schools in the 21 st century.** Phi Delta Kappan, 76 (5), 365- 368.

Sapon- Shevin M. (1995). **Why gifted students in inclusive schools.** *Educational Leadershp*, 52 (4), 64- 70:

Sprick, R. Sprick. M. & Garrison, M. (1993) **Interventions: Collaborative planning for students at risk.** Longamont, CO: Sopris West.

THIOLLENT, Michel Jean-Marle. **Aspecto qualitativo da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução.** Caderno de Pesquisa, São Paulo, (49): 45-50, maio de 1984.

WANDERLEY, Luís Eduardo W. **Pesquisa participante: aspectos educativos e sócio-políticos.** Brasília, INEP, Seminário de Pesquisa participativa, mar. 1984. 22 p. mimeo.

SPRADLEY, James S. **The ethnographic interview.** New, Holt, Rnehart and Winston, 1979. 247p. , p. 02.

LOFLAND, Jonh. **Analysng social setting aguide to qualitative observation. And anaysis.** Belmont. C. A. Wodsworth Publishinh, 1971. 234 p.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. K. **Qualitative Research for Education.** Boston Allin and Bacon, Inc. , 1982.

REINHARZ, S. **On Becoming a Social Scientist: Fron Survey and Participant Observation to Experimental Analysis.** San Francisco, Jessey-Bass, 1979.

SELLTIZ et al. **Método de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo, EPU, 1965.

Bee, Helen. **A criança em desenvolvimento.** São Paulo, Harper & Rowdo Brasil, 1977.

OMOTE, Sadao. **Deficiência e não-deficiência: recorte de um mesmo tecido** In revista **Brasileira de Educação Especial** (02). Piracicaba: Unimep, 1994.

GARCIA, G. **"A relação pedagógica como vínculo libertador"**. In: SOUSA PATTO M. H. (org) **Introdução à psicologia escolar**, São Paulo, T. A. Queiroz, 1982, p. 342- 360.

SANTOS, Boa ventura de Sousa. **Entrevista com Prof. Boaventura de Sousa Santos**. (On line) PIERUCCI, Antonio. Flávio. **As ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

UNESCO, Declaração de Salamanca. **Conferencia Mundial de Educação Especial Salamanca**, Espanha, 1995.

UNITED, Nations Educational, **Acientific and Cultural Organisation**. **The Salamanca Declaration and Fremework for Action**. Paris: UNESCO, 1994.

_____ **Open file on Inclusive Education**. Paris: UNESCO, 2001.

MITTLER, P. **Working towards inclusive education: social contexts**. London: David Fulton Publishres, 2000.

VIGOTSKY, L. S. A. **formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VIGOTSKY, L. A **construção social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

MOREIRA, FLÁVIO & CARMEN, Ana. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na prática docente In Revista Educação em Debate (38). Fortaleza: 1999.